

Avaliação do  
Ecossistema  
da Informação  
(IEA) da  
população

# LGBTQIAP+ NEGRA

da cidade do Rio de Janeiro



# SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>3</b>
<b>PRINCIPAIS QUESTÕES - RESUMO EXECUTIVO</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
A cidade do Rio de Janeiro	10
Metodologia	12
<b>PANORAMA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>13</b>
Brasil e a liberdade de expressão	14
Legislação	14
Legislação sobre os meios tradicionais	14
Legislação sobre a internet	15
O que é a regulação da mídia?	16
Mídias tradicionais	16
Televisão	16
Rádio	17
Jornal Impresso	18
Meios de comunicação alternativos e comunitários	18
Mídias alternativas locais	18
Mídias negras LGBTQIAP+	18
Mídias negras	19
Mídias LGBTQIAP+	20
Internet e Redes Sociais	21
<b>RESULTADOS</b>	<b>22</b>
1. Panorama do fluxo informacional e relação com os meios de comunicação	25

Em quem as pessoas entrevistadas mais confiam	25
Que tipo de informação mais buscam?	26
Quais os meios de comunicação mais utilizados?	27
2. Fluxo de comunicação e relação com o poder público	28
3. Redes de informação, produção e movimento	29
Relação com influenciadores negros LGBTQIAP+	29
Relação com políticos negros LGBTQIAP+	30
Rede de informação, organização e influência	32
4. Uso e acesso à informação	36
Internet é a mídia mais acessada	36
Consumo de redes sociais	36
Dispositivos móveis em alta	37
5. Impacto do discurso de ódio on-line e off-line	37
Os entrevistados já sofreram violências?	37
Mídia, desinformação e violência	38
6. Desinformação, política eleitoral e discurso de ódio	40
Como ocorre o discurso de ódio	43
Política eleitoral e participação negra LGBTQIAP+	46
<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>51</b>
<b>SOBRE O DATA_LABE</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>56</b>

**Coordenação da pesquisa:**[Flávio Rocha](#)**Coordenação de Dados e supervisão:**

Polinho

**Assistentes de pesquisa:**[Joyce Reis](#)[Leonardo Peçanha](#)[Roberta Ribeiro](#)**Assistente de Dados:**[Samantha Reis](#)**A pesquisa foi coordenada pelo Data\_Labe****Coordenação geral do projeto:**

Nathaly Espitia Diaz

**Desenho editorial:**[Emilia López](#)**Capa e colagens:**[Misael Gonçalo](#)

O design do IEA foi feito tendo como base a celebração das cores que compõem as bandeiras das comunidades LGBTQIAP+ e utilizou-se o afrofuturismo para as imagens. O afrofuturismo remonta a ideias amparadas no resgate a ancestralidade africana, como o símbolo adinkra Sankofa - coração com base em espiral ou pássaro com bico apontado para trás- que tem como significado recorrer ao passado para buscar o que for necessário e preciso, numa tentativa oposta ao apagamento colonial, para que se possa hoje em dia construir novos caminhos e possibilidades para o amanhã inspirados no ontem. Outros símbolos adinkra compõem este documento. Elaborados pelo povo Aca da África Ocidental, a simbologia esta se popularizando cada vez mais no Brasil, como um recurso de pertencimento aos valores e conhecimentos africanos.

As colagens também foram feitas a fim de expressar elementos culturais muito utilizados pela população pesquisada, como a planta espada de São Jorge e os planetas, numa representação de que cada pessoa é um universo inteiro, tendo sua identidade respeitada e vista.

# LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	LGBTQIAP+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual/Travesti, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual
ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo	ONG	Organização Não Governamental
AM	Amplitude Modulada	PIB	Produto Interno Bruto Nacional
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais	PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
AP	Área de Planejamento	PSB	Partido Socialista Brasileiro
BET	Black Entertainment Television	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
FM	Frequência Modulada	PT	Partido dos Trabalhadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	RA	Regiões Administrativas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
IDS	Índice de Desenvolvimento Social	SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
IEA	Information Ecosystem Assessment	STF	Supremo Tribunal Federal
IPP	Instituto Pereira Passos	TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
LAI	Lei de Acesso à Informação	UHF	Ultra High Frequency

# PRINCIPAIS QUESTÕES

## RESUMO EXECUTIVO

A pesquisa com o título **Avaliação do Ecossistema da Informação (IEA) da população LGBTQIAP+ negra da cidade do Rio de Janeiro** foi produzida entre os meses de setembro e dezembro de 2022, isto é, durante o período de eleições para os cargos de **Presidência da República, Governo do Estado, Senado Federal, Câmara Federal e Assembleias Legislativas**, o que nos permitiu analisar como as eleições impactam as vidas de pessoas negras LGBTQIAP+.

O objetivo de uma Avaliação do Ecossistema da Informação (IEA, em inglês: *Information Ecosystem Assessment*) é obter uma compreensão mais profunda de como as pessoas encontram, compartilham, valorizam e confiam nas informações em seus próprios contextos locais, sejam elas provenientes da mídia ou não.

Sob a metodologia da IEA proposta pela Internews, foram avaliadas oito dimensões do ecossistema: o cenário da mídia local, necessidades de informação, produção e movimento de informação, dinâmica de acesso à mídia, uso e impacto da informação, confiança social e influência das partes interessadas. Essa metodologia foi adaptada ao contexto e aos códigos culturais do território de implementação e das comunidades de foco para melhor engajar os participantes e colaboradores na pesquisa.

Para entender essas relações, a Internews trabalhou com o Data\_Labe e uma equipe de pesquisadores negros e LGBTQIAP+ especializados em pesquisas sobre as comunidades focais para avaliar o ecossistema de informação da cidade do Rio de Janeiro, que possui o segundo maior PIB do Brasil, com 48% de sua população negra e 2,9% homossexual ou bissexual.<sup>1</sup>

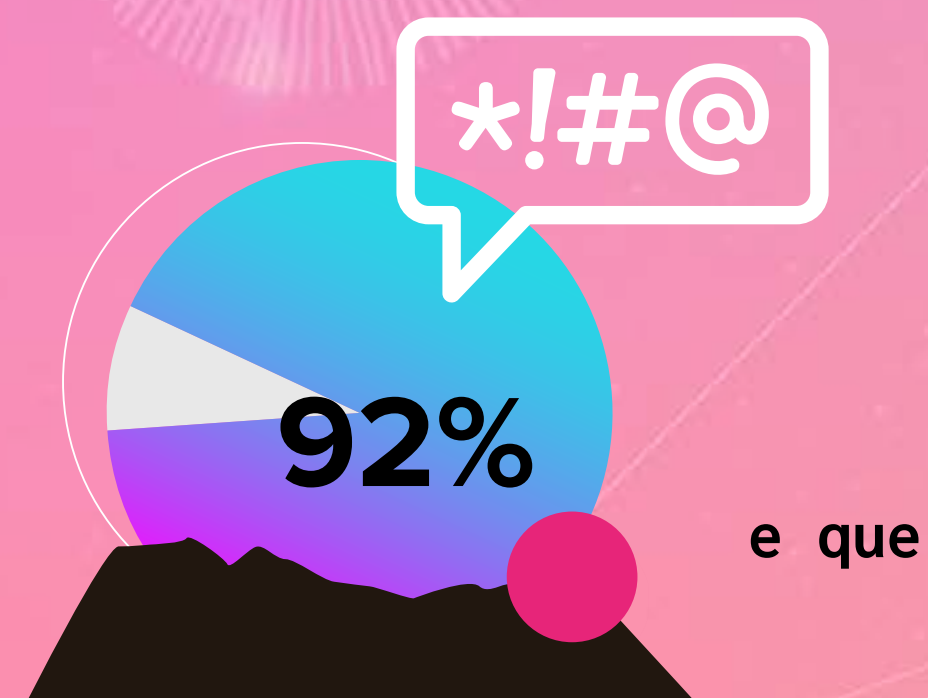
A cidade possui o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto Nacional) do país e 0,799 de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Com 6,4 milhões de habitantes, 48% de sua população é negra e 53% é feminina. De acordo com a última [Pesquisa Nacional de Saúde](#) (PNS) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizada em 2019, o estado do Rio de Janeiro conta com 2,9% de sua população que se declara como homossexual ou bissexual.

Foram 175 pessoas (agregando participantes de questionários, grupos focais e entrevistas), **sendo 139 respostas** válidas através do questionário on-line, provindas de todas as zonas da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a Zona Norte. **E mais 36 pessoas através de entrevistas e grupos focais**, durante os meses de Setembro e Outubro de 2022, época eleitoral no Brasil, o que tornou o debate sobre desinformação e discurso de ódio atual e recente entre as pessoas participantes. O público participante apresentou identidade de gênero e orientação sexual heterogêneas, com uma maior participação de mulheres cisgêneras bissexuais, e pessoas com ensino superior incompleto.

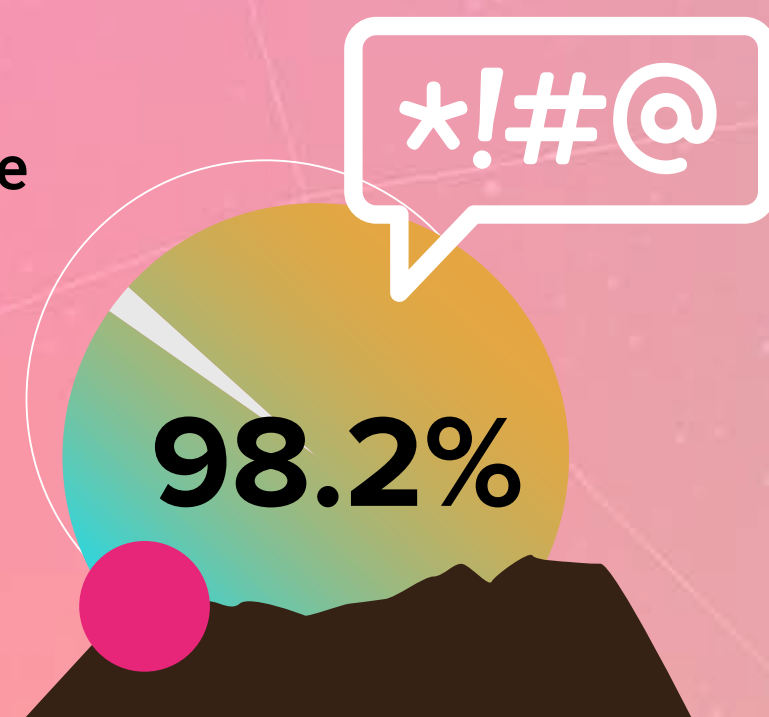
<sup>1</sup> O Rio de Janeiro possui 6,4 milhões de habitantes, com índice de Desenvolvimento Humano de 0,799. A declaração sobre orientação sexual é de acordo com a PNS – IBGE (2019), mais comentários na seção de resultados.

# RESULTADOS PRINCIPAIS

Um achado extremamente preocupante foi que



e que



já sofreram discriminação ou violência racial.



Além disso, aproximadamente **uma em cada quatro pessoas**

relatou sofrer essas violências de forma recorrente.

Este dado é violentadas de forma recorrente. Dessa forma, são urgentes políticas públicas de controle e mitigação do discurso de ódio na sociedade civil, nos órgãos públicos e no setor privado. Além disso, precisamos criar esferas de cuidado e reparação jurídica para frearmos esse processo de extrema violência na cidade do Rio de Janeiro.



O contato com o discurso de ódio foi relatado por

**81% das pessoas,**

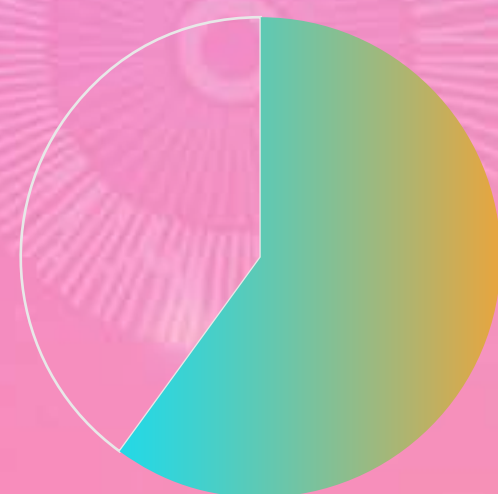
com menções recorrentes de agentes desse discurso sendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, seus apoiadores e redes sociais. Na opinião das mesmas, essa prática aumenta durante o período eleitoral e afeta principalmente pessoas negras LGBTQIAP+.

Essas violências foram relatadas mais predominantemente no ambiente *offline*, porém

### 31% das pessoas

já se sentiram violentadas por influenciadores ou comunicadores.

Canais de televisão como Rede Record e Bandeirantes e o apresentador Silvio Santos (do SBT) foram os mais mencionados como agentes operadores dessa violência.



Além disso, **60% das pessoas** não se sentem representadas nos canais e veículos de comunicação.

### Houve uma clara distinção entre as fontes de informação confiáveis

As redes pessoais e o governo despontaram como as fontes menos confiáveis pelo público

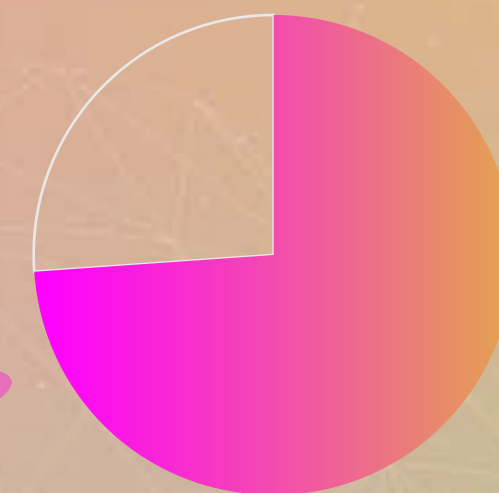
VS

ONGs, coletivos e a mídia privada apareceram como fontes mais confiáveis de informação.

Esse cenário pode representar um fenômeno recente na sociedade brasileira de disseminação de desinformação e discurso de ódio por parte das fontes oficiais do governo e seus representantes.



### A internet é o maior canal para obter informação dos participantes.



**74% das pessoas** declararam utilizar a internet para se comunicarem e se informarem

Esse panorama é preocupante quando levamos em consideração a vulnerabilidade econômica dos participantes. No Brasil, as empresas provedoras de sinal de internet operam com taxas de consumo mais altas para planos mais básicos, além de restringirem o tráfego de dados a apenas aplicativos da empresa Meta após a franquia de dados contratada ser alcançada. Isso revela que, **potencialmente, o público negro LGBTQIA+ da cidade do Rio de Janeiro depende altamente das informações que BigTechs fornecem, o que pode aumentar o contato com discurso de ódio e desinformação.**



Pessoas negras usam a internet de forma intensa, seguem e conhecem mais *influencers* do que pessoas políticas negras LGBTQIAP+,

não possuem renda fixa mensal para acesso à planos de acesso significativos e, mesmo assim, são ativistas negros LGBTQAIP+ e relatam grandes dificuldades de representatividade e de distribuição de seus conteúdos em redes sociais.



Os participantes acessam a internet majoritariamente pelo dispositivo móvel (celular) e computador pessoal,

enquanto que quando questionados quais redes sociais usavam com muita frequência, Sob um ranking que lhes permitiu assinalar várias opções.



Existente um perfil de consumo aparente de redes sociais mais visuais, que usa fotos e vídeos, entre as pessoas pesquisadas.

Para investigar o processo de informação com o governo e autoridades oficiais, escolhemos investigar sobre a possível retificação de prenome, pois é um direito garantido pelo Supremo Tribunal Federal desde 2018. Houve um baixo índice de pessoas que não realizaram a retificação ou que tiveram dificuldades em obter documentos. Das quinze pessoas que afirmaram terem realizado modificação de seus prenomes, três declararam não tê-lo realizado de forma gratuita, apesar de ser um direito garantido.



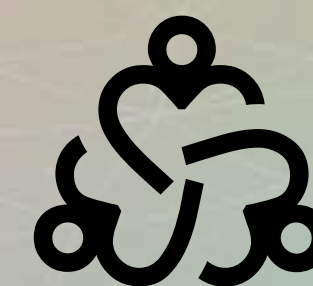
Nas entrevistas e grupos focais, foi apontado que funcionários de órgãos públicos ainda não têm habilidades para atender pessoas não cisgêneras.

Essas descobertas apontam que o formato de comunicação de mídias oficiais do governo pode estar defasado ou pouco presente na internet.

Além disso, indica que as pessoas que realizam atendimento precisam receber treinamento qualificado e humanizado para garantir o exercício de direitos de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

Um achado revelador do IEA foi o fato das pessoas conhecerem e seguirem mais influenciadores negros LGBTQIAP+ do que pessoas políticas de mesmo segmento.

Análises dos grupos focais apontaram que muitos políticos ou candidatos assumem pautas e campanhas negras ou LGBTQIAP+, enquanto que influenciadores digitais produzem conteúdos mais personalizados para pessoas negras e LGBTQIAP+, o que favorece a identificação com o conteúdo e a distribuição personalizada na Internet.



Uma grande parcela das pessoas se consideram ativistas das pautas negras LGBTQIAP+, porém uma minoria se considera comunicador ou influencer.

Entrevistas e grupos focais demonstraram uma alta percepção quanto à **dificuldade de distribuição de conteúdos produzidos por pessoas negras LGBTQIAP+**.



Por fim, Apesar da maior parte das pessoas possuírem alto nível de escolaridade (ensino superior incompleto), **45% dos respondentes afirmaram receber até R\$1.212,00 por mês**, o que demonstra uma vulnerabilidade econômica dos participantes.



# INTRODUÇÃO



Este trabalho é uma Avaliação do Ecossistema IEA - [Information Ecosystem Assessment](#), fruto de percepções acerca das desigualdades que afligem a população negra LGBTQIAP+ da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, afetam seu ecossistema de informação. Esse ecossistema é composto por informações pessoais, informais, coletivas, entre outras que fazem parte da rede de notícias e conhecimentos presentes no fluxo informacional.

**O público dos sujeitos pesquisados é negro LGBTQIAP+ e que reside ou vota na cidade do Rio de Janeiro. Essas pessoas foram ouvidas de acordo com uma metodologia que englobou grupos focais, entrevistas, questionário e bibliografia que considerassem a pluralidade do grupo.**

Esperamos que as análises e recomendações realizadas neste IEA sirvam, primeiramente, para fortalecer a própria comunidade negra LGBTQIAP+, proporcionando um levantamento de como essas pessoas se apropriam da informação e, posteriormente, para apoiar ações de fortalecimento de um ecossistema da informação mais saudável, democrático e acolhedor para o público de foco.

Ao longo de três meses, os pesquisadores se debruçaram a compreender o ecossistema de informação da população negra LGBTQIAP+ do Rio de Janeiro. O debate sobre quais informações são produzidas e absorvidas por essa comunidade teve centralidade em nossa pesquisa, especialmente no que concerne à vida política dessas pessoas.

**Como um lembrete a pesquisa foi produzida entre os meses de setembro e dezembro de 2022, isto é, durante o período de eleições no Brasil, o que nos permitiu analisar como as eleições impactam as vidas de pessoas negras LGBTQIAP+.**

Neste texto, estão expostas diversas informações cruciais para se pensar em possibilidades de continuidade, lutas e vida digna para pessoas que historicamente são vítimas de violências raciais e LGBTQIAP+fobia. Tais violências se interseccionam e produzem sujeitos marginalizados e invisibilizados nos principais canais de informação.

Ao evidenciarmos este cenário, também propomos recomendações para um ecossistema de informação que não seja baseado no fluxo de discursos de ódio, desinformação e demais violências. Salientamos a importância da rede informacional e sua contribuição para outras agressões, como, por exemplo, o imaginário social sobre as pessoas pesquisadas que, culturalmente e historicamente, são alvos de estereótipos que inviabilizam suas histórias e caminhos de crescimento, aprisionando-as em papéis que as reduzem enquanto pessoas, ignorando suas particularidades e suas humanidades.

Em consonância, a pesquisa foi realizada por uma equipe de pesquisadoras e pesquisadores formada por pessoas negras LGBTQIAP+. Essa conexão da equipe com os temas abordados e com as vivências dos interlocutores mexe com as subjetividades dos sujeitos envolvidos e reforça o compromisso em não fazer do espaço de produção de ciência mais um lugar de perpetuação de agressões raciais e LGBTQIAP+fobia, ambos atualmente enquadrados na [Lei 7.716/2018](#) como crimes.

As lutas dos movimentos LGBTQIAP+ no Brasil por direitos civis tiveram início por volta da década de 1960, com maior ênfase nos anos 1970. A primeira organização política surgiu em 1978, com a criação do Grupo Somos de Afirmação Homossexual em São Paulo, em meio aos embates pela redemocratização do país. Hoje, o movimento ganha novas cores, bandeiras e letras na sigla. Optamos por manter a sigla usada pelo movimento social organizado brasileiro e utilizar algumas identidades que apareceram nas entrevistas. Sendo assim, a sigla aqui usada é LGBTQIAP+.



## Vale explicar as letras da sigla utilizada:

(JESUS, 2015)

### **Lésbica:**

mulheres que se relacionam com mulheres.

### **Bissexual:**

peças que se relacionam independente do gênero ou com mais de um gênero.

### **Queer:**

expressão usada para lidar com a diversidade sexual e de gênero, que pode também ser usada como identidade que foge ao binarismo de gênero.

### **Intersexo:**

peças que possuem características biológicas e/ou fisiológicas como cromossomos, genitais ou produção de hormônio de forma variada no organismo, fugindo do que culturalmente se entende especificamente por macho ou fêmea.

### **Pansexual:**

peças que se relacionam independente do gênero.

### **Assexual:**

peças que não sentem necessidade nem desejo da prática sexual e/ou podem sentir em contextos específicos.

### **Transexual/ Travesti:**

peças que ao nascer foram atribuídas a um gênero com o qual não se identificam.

### **Transmasculino,**

que apareceu nas entrevistas, pode ser considerado um guarda-chuva das masculinidades trans, mas também uma identidade onde a pessoa foi atribuída ao nascer no feminino, mas não se identifica com o termo mulher e não reivindica para ser homem, podendo, porém, dialogar com a expressão de gênero masculina. Por alguns é denominado uma identidade não binária.

Iremos usar a sigla LGBTQIAP+ por entendermos ser uma sigla inclusiva e que a maioria das peças entrevistadas mencionaram em suas falas. Cabe ressaltar que devido a não realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTQ, prevista para 2020, o movimento nacional organizado não pôde rever a sigla estendida de forma institucional. O evento foi prejudicado pelos desdobramentos da pandemia de coronavírus e pelo descaso do Governo Federal com as demandas da comunidade LGBTQIAP+.

Algumas peças da comunidade LGBTQIAP+ se colocam enquanto pessoa negra juntamente com sua identidade de gênero e sexualidade, como acontece com as “Bichas Pretas”. Portanto, é relevante explicitar que LGBTQIAP+fobia é o nome dado à violência recebida por peças da comunidade LGBTQIAP+ devido à sua orientação sexual e identidade de gênero. Está relacionada ao ódio, aversão, preconceito e discriminação em relação à forma como as peças manifestam sua identidade de gênero e orientação sexual. Hoje, no Brasil, esse tipo de violência é crime e está no mesmo quesito relacionado à Lei de Racismo através da [Lei 7.716/2018](#). Porém, este IEA revelou que, para grande parte do público pesquisado, a violência racial está relacionada à violência de gênero.

**Ou seja, existe sobreposição de violências onde uma se alimenta da outra. E ambas fazem uma intersecção de violências em corpos negros LGBTQIAP+.**

## A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Localizado no Sudeste Brasileiro, o estado do Rio de Janeiro tem a cidade do Rio de Janeiro como sua capital desde 1975. O município possui o segundo maior PIB do país.

**Com 6,4 milhões de habitantes, 48% de sua população é negra e 53% é feminina.**

De acordo com a última [Pesquisa Nacional de Saúde](#) (PNS) do IBGE, realizada em 2019, o estado do Rio de Janeiro conta com 2,9% de sua população que se declara como homossexual ou bissexual. A PNS é realizada a partir de cálculos amostrais da população e, portanto, esse percentual tem um intervalo de confiança mínimo de 2,2% e máximo de 4%.

É importante mencionar que, de acordo com o IBGE, esses dados “são classificados como experimentais e devem ser usados com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação”. A pesquisa recebeu várias críticas da sociedade civil e de pesquisadores do tema por investigar a temática dentro do que é chamado de “atividade sexual” dos cidadãos.

Essa autodeclaração foi questionada através da pergunta “qual é sua orientação sexual” e possuía as seguintes opções de respostas: heterossexual; homossexual; bissexual; outra orientação sexual; não sabe; e recusou-se a responder. Aspectos de diversidade de gênero não foram incluídos.

A negritude, ela atravessa todas as outras coisas que eu poderia ser [...] Uma pessoa negra LGBT, ela vai ter um atravessamento que uma pessoa que é LGBT não negra não tem. Porque essas coisas se relacionam.

**Pessoa Gay Não Binária - Grupo focal 1**

Os sujeitos que deram voz a esta pesquisa são todos negros, sendo que alguns se consideram pretos, outros pardos, afro-diaspóricos, etc., porém a pesquisa considera todos negros, sendo este o termo que consideramos melhor se adequar às plurais autodeclarações étnico-raciais a partir de outras pesquisas e instituições que consistem em analisar o termo, como o IBGE que considera como negros o somatório de pretos e pardos.



Em relação à análise social da população negra do Rio de Janeiro, vale salientar que o processo de escravização no Brasil perdurou formalmente até 1888, mas manteve, nos anos posteriores, os estigmas associados à população recém-liberta e as desigualdades sociais que a subjugava. Desse modo, os estigmas e as desigualdades sociais desse período ainda se perpetuam até os dias atuais e são notados no Rio de Janeiro.

A formação da cidade do Rio de Janeiro é excludente em relação à população negra. De fato, o governo brasileiro produz guerra contra os territórios negros (ROCHA, 2022) desde os meados da escravização. Após a abolição, não concedeu moradia, trabalho nem acesso à educação para essa população.

Entre 1902 e 1906, o então prefeito Pereira Passos iniciou uma “reforma sanitária” na cidade, demolindo moradias das pessoas pobres para construir uma cidade mais “moderna” e, ao mesmo tempo, menos negra, pois essa foi a população mais afetada. A partir da década de 1930, as favelas – que são territórios majoritariamente negros devido à ocupação pelos povos ex-escravizados – passaram a ser tratadas como um problema social que deveria ser extinto. Inicia-se uma guerra contra as favelas e as vidas que lá se encontram. Essa guerra se intensifica no período militar com as políticas de remoções de favelas, entre os anos 1960 e 1970.

**Essas políticas alteram todo o ecossistema de informação dessa população, à medida que modificam seus locais de moradia, de trabalho, de acesso à saúde e educação. Removidas para longe dos grandes centros, essas pessoas ficam distantes dos**

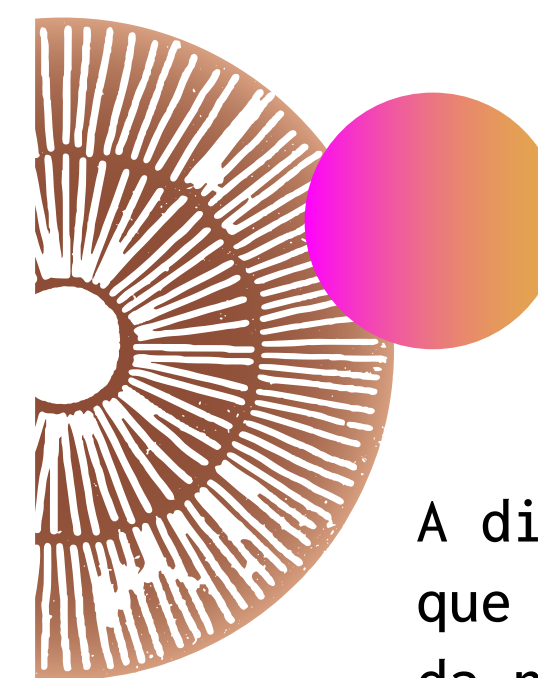
### **principais espaços culturais, por exemplo, localizados majoritariamente nos bairros da Zona Sul e do Centro.**

Historicamente, a Zona Sul é a região que, durante a década de 1970, sofria um processo de valorização e elitização, enquanto a Zona Oeste da cidade recebeu o que chamamos de conjuntos habitacionais, com foco em uma população oriunda das antigas favelas (ROCHA, 2021). A região teve um processo de proletarização e de crescimento significativo. Não à toa, é a região da cidade com maior contingente de pessoas negras (Quadro 1) e que, na ótica das políticas públicas, é a que menos recebe investimento, partindo de um processo histórico de precarização dos serviços públicos.

A militarização também é um fenômeno histórico que gera vulnerabilidades sobre a população negra e LGBTQIAP+ na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) (2022), o perfil das vítimas de intervenções policiais permanece o mesmo ao longo dos anos, com prevalência de homens, adolescentes e jovens, pretos e pardos entre as vítimas. Em 2021, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino. “Mesmo com a redução observada em todo o território nacional, a letalidade continua atingindo brancos e negros de forma discrepante. Enquanto a taxa de mortalidade entre vítimas brancas retraiu 30,9% em 2021, a taxa de vítimas negras cresceu em 5,8%” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 83).

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mostram que o Brasil é o país que mais assassina pessoas travestis e transexuais no mundo, o que ilustra o quanto o ódio e a repulsa ainda são evidentes na relação com pessoas trans no Brasil (ANTRA, 2022).

A violência policial também é uma mazela que recai sobre os corpos negros LGBTQIAP+. Por meio de um olhar interseccional, podemos ilustrar o quanto a polícia age de forma contundente sobre esses corpos. A Comissão Interamericana manifestou preocupação com a atuação policial contra pessoas LGBTQIAP+ negras e em como os atos discriminatórios da polícia levam a comunidade a pensar que os agentes podem agir impunemente contra a população LGBTQIAP+ negra (INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS, 2020).



A diferença é gritante entre o que realmente está rolando dentro da nossa comunidade e o que eles [veículos de comunicação] passam na mídia. O que eles passam na mídia é o olhar sempre que os moradores são os verdadeiros grandes vilões da situação, enquanto eles entram na nossa comunidade e simplesmente praticam o genocídio do nosso povo, né? Isso de fato eles não mostram.

**Transmasculino - Grupo focal 5**

A cidade do Rio de Janeiro é dividida em [cinco Áreas de Planejamento](#), que carregam consigo diferenças sociais, econômicas e culturais, e por esse motivo, optou-se por considerar as Regiões Administrativas (RA) que compõem as Zonas na realização deste IEA.

Utilizou-se o [IDS \(Índice de Desenvolvimento Social\)](#) elaborado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), para ilustrar as diferenças sociais da cidade do Rio de Janeiro, que é uma unidade de medida equivalente ao IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

**Quadro 1: Características Sociais das Áreas de Planejamento**

Áreas de Planejamento (AP)	IDS	% mulheres	% negros
AP 1 (Centro)	0.600	52%	50%
AP 2 (Zona Sul e Tijuca)	0.710	57%	25%
AP 3 (Zona Norte)	0.591	53%	51%
AP 4 (Zona Oeste: Barra da Tijuca e Jacarepaguá)	0.624	52%	41%
AP 5 (Zona Oeste)	0.554	51%	60%

Nota-se que a AP 2 seguida pela AP 4 são os territórios em que existem os menores contingentes populacionais negros da cidade; enquanto a AP 5 é a área de menor IDS da cidade e com características rurais e, ao mesmo tempo, de crescente industrialização.

## Esse território concentra o maior número de pessoas negras da cidade.

É fundamental entender os aspectos demográficos da cidade do Rio de Janeiro, pois eles marcam diretamente o acesso às estruturas de consumo da informação, principalmente com o avanço da internet; assim como também impõe barreiras geográficas a espaços de cultura e lazer, fundamentais para o Ecossistema da Informação. Além disso, existe um processo de identificação territorial forte, principalmente em moradores de periferias e favelas.

É comum, na cidade do Rio de Janeiro, as pessoas se apresentarem como “crias” de algum território. Essa valorização compõe e interfere no processo de identidade das pessoas, pois engloba aspectos visuais, vestimentas e formas de comunicação. Ou seja, existe uma diferenciação em como as pessoas se comportam e consomem informação a depender do quanto se relacionam com o território que vivem na cidade.

## METODOLOGIA

A pesquisa utilizou métodos quantitativos e qualitativos de coleta e análise de dados. Para tentar compreender fenômenos complexos, esse tipo de abordagem é mais aconselhada, pois tenta compreender os padrões e ocorrências majoritárias com instrumentos quantitativos e discutir as particularidades através de instrumentos qualitativos. Desenvolvemos um formulário com perguntas abertas e fechadas e realizamos entrevistas individuais de profundidade e grupos focais.

O formulário foi hospedado em uma plataforma *on-line* e criptografada de ponta a ponta no endereço [bil.ly/explanario](https://bil.ly/explanario), juntamente com os termos da pesquisa. Continha 64 perguntas, com algumas sendo dependente do conteúdo das respostas, o que poderia diminuir as respostas do participante. A disseminação e envio desse formulário para o público ocorreu com ações presenciais e, majoritariamente, *on-line*, ficando disponível para respostas entre 19 de outubro e 29 de novembro de 2022, totalizando 40 dias.

Já as entrevistas e grupos focais foram realizadas com pessoas previamente agendadas e estrategicamente selecionadas, pela equipe de pesquisa e com informações dos questionários aplicados, para compreender a diversidade das experiências de pessoas negras LGBTQIAP+ relacionadas ao ecossistema da informação. As entrevistas e grupos focais foram fundamentais para auxiliar na discussão dos dados e também ampliarem o contexto dos achados quantitativos. Enquanto as entrevistas foram realizadas de forma individual com

peessoas-chaves, os grupos focais puderam compreender como que diferentes pessoas, gêneros e sexualidades se comportavam diante dos temas apresentados.

O principal objetivo da pesquisa foi avaliar o Ecossistema da Informação no município do Rio de Janeiro focado em pessoas negras LGBTQIAP+, porque entendemos que é fundamental identificar como ocorre o fluxo de informações que estruturam as identidades e a sociedade, focado na relação com o discurso de ódio e participação política.

As pessoas foram questionadas sobre suas percepções do discurso de ódio com relação às eleições e fora delas, bem como perguntas de participação civil na política. Nossa hipótese era que se o Ecossistema da Informação é hostil e representa maiores riscos de violências às pessoas, uma possível consequência seria uma menor participação nas atividades políticas. Entretanto, neste IEA apresentamos descobertas que aprofundam este debate e revelam uma quantidade de pessoas que resistem a este panorama violento e propõem novas possibilidades políticas.

A descrição do questionário utilizado, dos grupos focais e entrevistas individuais realizadas para esta IEA podem ser encontradas com detalhes no ANEXO I, ao fim deste documento.

# PANORAMA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO



# BRASIL E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Considerando que a presente pesquisa aborda sobre consumo de informação, desinformação e discurso de ódio, é válido trazermos à tona um olhar sobre o Brasil no que diz respeito à liberdade de expressão, seja no ambiente físico ou digital. Segundo a [Artigo 19](#), “o Brasil é o terceiro país que, entre 2011 e 2021, teve um dos maiores declínios de indicadores de liberdade de expressão, segundo o [Relatório Global de Expressão](#)”. De acordo com a pesquisa, “de 2015 a 2021, o país caiu da 31ª para a 89ª colocação no *ranking* global de liberdade de expressão”.

No ambiente digital o Brasil possui uma pior avaliação de acordo com o levantamento da [Freedom house](#), com uma nota total **de 65/100**, com principais desafios sendo o acesso a Internet, conteúdo limitado e violações aos direitos dos usuários. Sendo que a nota brasileira na avaliação de liberdade no mundo, de mesma iniciativa, **é de 73/100**.

O [Ranking de liberdade de expressão](#) é liderado por (1) Dinamarca, (2) Suíça, (3) Suécia, (4) Noruega e (5) Estônia. O Brasil aparece na 89ª posição, atrás de países como (88) República Centro-Africana, (87) Haiti, (86) Gabão, (85) Madagascar e (84) Indonésia. Nas últimas posições estão (159) Síria, (160) Turquemenistão e (161) Coreia do Norte.

A fragilidade da liberdade de expressão e suas complexidades e consequências no processo eleitoral foi avaliada pela pesquisa “[Violência e democracia: panorama brasileiro pré-eleições 2022](#)”, liderada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nela, os pesquisadores realizaram (entre outras perguntas) doze questões direcionadas ao medo de violência e vitimização que resultava em um indicador que variava de 0 a 1, sendo zero nenhum medo de violência e, *um* o maior índice de medo de violência. Os dados apontaram que, entre 2017 e 2022, um percentual maior de pessoas apresentaram medo de sofrerem violências por causa de discurso de ódio.

**Por exemplo, o medo de ser assassinado foi mencionado por 82,5% das pessoas em 2022 versus 74,9% em 2017. Esse aumento foi relacionado ao panorama de maior circulação de armas de fogo na sociedade civil por cidadãos e a ocorrência de eventos letais envolvendo disputas partidárias ideológicas.**

Um desses casos, e que teve ampla repercussão na mídia no ano de 2022, foi o [assassinato de um tesoureiro do Partido dos Trabalhadores](#) por um policial que declarava apoio a Jair Messias Bolsonaro.

Esse caso mexeu com o imaginário da sociedade brasileira, pois se originou em uma festa de aniversário do então tesoureiro com tema de decoração em apoio ao então candidato Lula. No ocorrido, o policial invadiu a festa e provocou uma discussão que resultou em troca de tiros e o óbito do anfitrião.

## LEGISLAÇÃO



### Legislação sobre os meios tradicionais

Conhecida também como [Lei 4.117/62](#), é a primeira que buscou regular as telecomunicações no Brasil. “A legislação define os serviços de telecomunicações, como a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético”. O Brasil conta com 642 canais de programação para a televisão – e com aproximadamente 24 mil retransmissoras de TVs. São 4.203 emissoras de rádio FM com outorgas vigentes e mais 1.082 que operam em AM. Em todo o país, outras 4.956 rádios comunitárias levam informação aos cidadãos e cidadãs.

O Interozes, junto à *Media Ownership Monitor* e *Reporter Without Borders* (2017), observa uma série de lacunas significativas na garantia de competição, pluralismo e diversidade no campo. Não há mecanismos anti concentração para veículos de mídia impressa ou internet. No caso da mídia impressa, a única legislação sobre o tema, a “Lei de Imprensa”, foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009, embora ainda não

impusesse requisitos claros à concentração. Essa ausência é bastante preocupante no caso da internet, já que o setor tem sido marcado pela ascensão de empresas gigantes, seja na distribuição de conteúdo (como a Netflix) ou como plataformas de interação e pesquisa (como Google e Meta).

Dessa maneira, as lacunas na legislação têm sido historicamente exploradas pelos grandes *players* do rádio e da televisão em um sistema construído em cima das redes nacionais. Com isso, conglomerados como Globo, Record e SBT possuem centenas de afiliadas e, assim, dominam o mercado. Há mais variedade no segmento de rádio, mas a competição é prejudicada, pois apenas conglomerados estruturados em redes têm maior alcance, enquanto milhares de emissores locais competem em um mercado concorrido e com pouca oferta de propaganda falada. Esse contexto abriu caminho para o crescimento e expansão das emissoras religiosas (INTERVOZES, 2017).

Cabe mencionar que a [Constituição Federal Brasileira](#) institui que Deputados e Senadores da República não podem ser donos de meios de comunicação, exercer outros cargos remunerados ou ter mais de um cargo público. Sabemos que, na prática, a legislação não é respeitada. De acordo com o Intervoze (2022), a cada nova eleição o número de [políticos proprietários](#) de meios de comunicação só aumenta.

**Somente no ano de 2022, 45 dos candidatos eram proprietários de alguma mídia. Entre esses, 18 eram candidatos à Câmara Federal, 13 às Assembleias Legislativas, 6 ao Senado e 1 à suplência do Senado, 5 ao cargo de governador e 2 ao de vice**

**governador. Cabe mencionar que 38 dessas candidaturas são de homens, 33 são pessoas brancas e 33 são milionárias (INTERVOZES, 2022).**

Segundo Tâmara Terso, do Conselho Diretor do Coletivo Intervoze, “a história da radiodifusão brasileira é marcada pela concentração nas propriedades de mídia. São famílias de tradição colonial que gerem canais de rádio e TV de Norte a Sul do país e usam as comunicações para fortalecer sua influência na política nacional, silenciando opositores, espalhando *fake news* e impedindo a diversidade de vozes em um nítido ataque à democracia” (INTERVOZES, 2022).



## Legislação sobre a internet

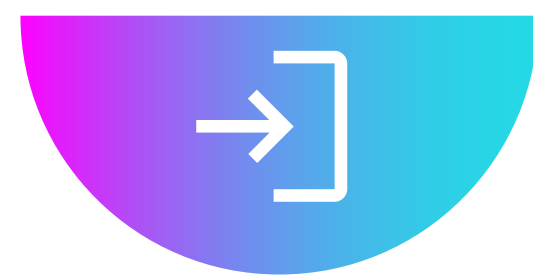
O [Marco Civil da Internet](#) é uma das legislações mais importantes da atualidade, visto que a internet tem sido uma das principais fontes de informação e tem influenciado diretamente na formação de opinião pública, sobretudo se levarmos em conta a difusão da desinformação e do discurso de ódio. Com a primeira versão lançada em 2011, tendo como relator o deputado Alessandro Molon (à época PT/RJ, atualmente no PSB/RJ), o projeto ouviu mais de 60 representantes de diversos setores da sociedade por meio de audiências públicas, que influenciaram significativamente no novo texto, aprovado na Câmara dos Deputados em junho de 2014.

O Marco tem como princípios: **(1)** garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento; **(2)** proteção da privacidade; **(3)** proteção dos dados pessoais, na forma da lei; **(4)** preservação e garantia da neutralidade de rede; **(5)** preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; **(6)** responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; **(7)** preservação da natureza participativa da rede; **(8)** liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.

**O Marco Civil da Internet é relevante para nossa pesquisa, visto que sua aplicação e seu uso com seriedade podem ajudar no controle da desinformação e dos discursos de ódio. A legislação considera que há limites da liberdade de expressão e manifestação de pensamento, à medida que algumas dessas expressões podem ferir outras liberdades e direitos individuais.**

Outra importante conquista do campo foi a [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#), que permite que os cidadãos brasileiros tenham acesso a dados e informações de interesses particulares, coletivos ou gerais. Muitas organizações da sociedade civil utilizam a LAI para desenvolver pesquisas, elaborar reportagens, receber fundos públicos diretamente do orçamento para o desenvolvimento de atividades de interesse público ou através de apoios sociais, contratos de gestão, condições de parceria, contratos, acordos,

ajustamentos ou outros meios semelhantes. De acordo com a organização [Fiquem Sabendo](#) (2022), especializada em LAI, a Controladoria Geral da União já registrou mais de um milhão de solicitações ao Governo Federal.



## O que é a regulação da mídia?

Em 2022, principalmente com a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a discussão sobre regulação da mídia esteve sob os holofotes. A sugestão é que exista uma lei geral das comunicações eletrônicas e de massa que pressuponha, no mínimo, que os artigos da Constituição Federal sejam regulamentados e que tecnologias mais recentes, como a internet, sejam também passíveis de regulação (BRASIL DE FATO, 2021). É imprescindível que tal regulação garanta a liberdade de expressão e fortaleça o ambiente democrático da distribuição da informação não tão somente combater um tipo de concentração por outra.

Para o público protagonista desta pesquisa, seria de extrema relevância se a regulação da mídia acontecesse. Seria um dos mecanismos para se alcançar uma efetiva reparação histórica a essa população, além de enfrentar diversas barreiras impostas pelo racismo enquanto sistema de poder junto à LGBTQIAP+fobia. Essa interseccionalidade de opressão e violência custa lugares, acessos e possibilidades e, como vemos, impacta na elaboração de canais televisivos e outros dispositivos da mídia produzidos para a população negra de maneira plural.

# MÍDIAS TRADICIONAIS



## Televisão

No Brasil, de maneira geral, as mídias tradicionais possuem o rádio e a TV como seu carro-chefe. No Rio de Janeiro, a influência dos principais canais televisivos não é muito diferente do *ranking* do cenário nacional. Neste IEA, destacamos as cinco principais corporações de cada um deles.

**Quadro 2:** Pico das audiências individuais e domiciliar no Rio de Janeiro 31/10/2022 a 06/11/2022

Emissora	Pico Audiência Domiciliar	Pico de Audiência Individual
Tv Globo	28,2%	1.742,5
Rede Record	7,0%	772,1
SBT	8,7%	448,8
Rede Bandeirantes	2,2%	132,1
Rede TV!	1,4%	97,4

Fonte: [Kantar IBOPE Media](#)

A Rede Globo, o SBT e a Rede Record são consideradas as principais emissoras no contexto carioca. Com sede

no Rio de Janeiro, a Rede Globo pertence à família Marinho e lidera entre as emissoras de TV mais influentes, com uma abrangência de 95% do território nacional. Em sua grade, destacam-se as novelas nacionais, a transmissão de campeonato nacional de futebol, conteúdos de jornalismo local e nacional, e *reality shows*.

Em segundo, podemos destacar a Rede Record, que teve um crescimento significativo nos últimos anos, sobretudo com o jornalismo policial de opinião, cuja audiência é facilmente percebida nos lares e estabelecimentos comerciais da capital fluminense. A Record é propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus do Bispo Edir Macedo, e sua cobertura abrange 57% do território nacional.

O SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) do empresário Senor Abravanel (Silvio Santos) fica em terceiro quando se fala de influência sobre as TVs do território carioca. A emissora paulista abrange 80% do território brasileiro. Seu principal foco são os programas de auditório, novelas mexicanas, reprises de séries da década de 1990 e, ultimamente, esportes.

Menos relevantes, temos a Rede Bandeirantes, pertencente à família Saad, que em seus primeiros anos teve foco em esportes e, atualmente, tem em seu carro-chefe o jornalismo e o programa do Faustão (programa de auditório de um ex-apresentador da Rede Globo); e também a Rede TV!, de Amilcare Dallevo Jr. Essa é uma TV comercial que teve seus anos dourados no período de transmissão do programa humorístico Pânico na TV (2003 - 2012).





## Rádio

O sistema de rádio possui variações locais quanto à sua influência no Brasil. Segundo o estudo da [Kantar Ibope Media](#), no ano de 2021 o consumo de rádio aumentou e passou a alcançar 80% dos brasileiros. Segundo a fonte, “cada ouvinte passa, em média, 4 horas e 26 minutos ouvindo rádio”. Outro dado interessante é que “o aumento contínuo do consumo do rádio *on-line* mostra o potencial do meio para buscar outros formatos de transmissão: 10% da população declara ter ouvido rádio pela internet nos últimos 30 dias. Esse público passou por dia, em média, 2 horas e 44 minutos conectados ao rádio”.

**Quadro 3:** Rádios de maior audiência na cidade do Rio de Janeiro

Emissora	Número de Visitas
Super Rádio Tupi 96.5	1.193.382
Rádio Globo RJ 98.1	377.686
Rádio JB 99.9 FM	243.671
FM O Dia 100.5	210.942
Rádio Melodia 97.5	173.895

Fonte: [Rádios.com](#)

Na cidade do Rio de Janeiro, podemos destacar como principais rádios a Super Rádio Tupi 96.5 FM, Rádio Globo RJ 98.1 FM e a Rádio JB 99.9 FM.

Ativa desde 1935, a [Super Rádio Tupi 96.5](#) pertence aos Diários Associados, o terceiro maior conglomerado de mídias do Brasil, que também detém alguns canais televisivos. Atualmente, o grupo conta com 33 ativos, sendo oito jornais, uma revista, sete rádios, seis emissoras de TV, seis *websites* e outras quatro empresas. A Rádio Tupi tem como focos o jornalismo informativo, o jornalismo esportivo e, desde a década de 1960, a transmissão dos desfiles das escolas de samba do Grupo Especial e da Série Ouro do Carnaval.

A [Rádio Globo RJ 98.1 FM](#) faz parte do Grupo Globo, de propriedade da Família Marinho. A grade da emissora é voltada para música, entretenimento, jornalismo e esportes, esses dois últimos juntamente com a CBN Rio de Janeiro.

Na terceira posição está a [Rádio JB](#). Fundada em 1970, tem sua programação voltada principalmente para adultos das classes A e B, e pertence ao grupo JB. Essa foi a primeira emissora da cidade a fazer transmissões do trânsito por helicóptero e, atualmente, tem como tradição transmitir a situação do trânsito através do Centro de Operações Rio, da Prefeitura, no programa Painel JB.

Na lista também aparecem FM O Dia, emissora de programação musical dos ritmos pagode, funk, sertanejo universitário e pop em geral, e a Rádio Melodia que é voltada para o público evangélico e tem músicas gospel em sua programação.

**O consumo de conteúdos em áudio também ocorre por meio dos podcasts.**

Esses programas de áudio disponíveis na internet apresentaram [aumento de consumo](#) pelos brasileiros, durante a pandemia de coronavírus, de 132% quando comparado ao período de 2019.

**A quantidade de programas de *podcasts* também se ampliou ao longo da pandemia. É perceptível o caráter mais democrático e acessível para se produzir esses programas.**

Aplicativos de celular como o [Anchor](#), [Spotify](#) e [Apple Podcasts](#) garantem que indivíduos possam publicar seus episódios por aparelhos de *smartphones*.

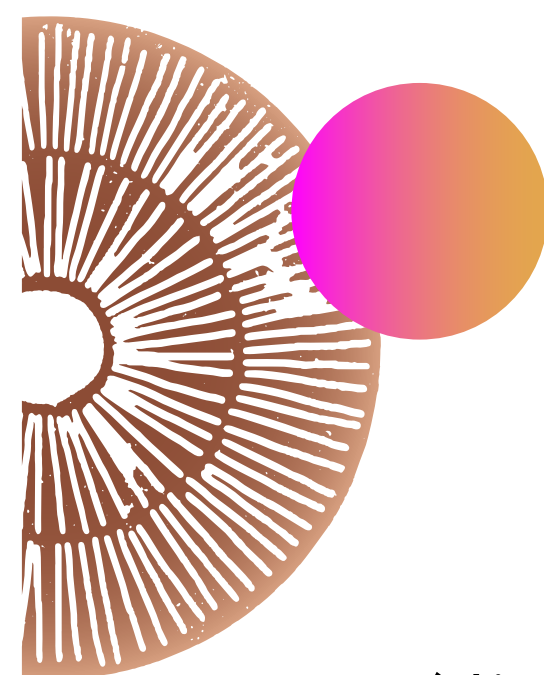
Os *podcasts* “[Mano a Mano](#)”, “[Afetos](#)”, “[História Preta](#)” e “[Mulherismo Africana](#)” são alguns dos *podcasts* que têm como público-alvo a população negra, além dos programas “[Fora do Meio](#)”, “[Cadê Minhas Lésbicas?](#)”, “[Sapa Justa](#)” que são destinados a pessoas LGBTQIAP+. Em novembro de 2022, foi ao ar o episódio em que o *rapper* Mano Brown, apresentador do “Mano a Mano”, recebeu a cantora [Linn da Quebrada](#), uma importante referência para a comunidade negra pertencente à sigla. No programa, Linn, que é mulher negra travesti, dialoga sobre sua vivência e salienta também como pessoas LGBTQIAP+ negras estão mais suscetíveis às violências.



## Jornal Impresso

Esse é um setor da mídia tradicional brasileira que está em decréscimo nos últimos anos, à medida que as versões digitais vêm recebendo um aumento significativo nas assinaturas (PODER360, 2022). No entanto, o consumo desse meio de comunicação não deve ser desconsiderado. No Rio de Janeiro, os três principais jornais impressos são: Jornal O Globo, Jornal O Dia e Jornal Extra.

O Jornal O Globo pertence ao grupo homônimo e é o periódico de maior circulação no Rio de Janeiro e em todo o Brasil. E ficou conhecido pela sociedade brasileira, também, pelo apoio ao Golpe Militar de 1964 e por sua influência na formação de opinião durante diferentes processos políticos da história do país. Também pertencente ao mesmo grupo, mas com foco nas classes mais populares, está o Jornal Extra, que ocupa o terceiro lugar do *ranking*. O jornal é dividido em três cadernos: um primeiro voltado à capital, algumas notícias do Estado, entretenimento e notícias internacionais; um segundo voltado aos esportes, sobretudo o Campeonato Brasileiro de Futebol; e um terceiro caderno com foco na Baixada Fluminense.



A mídia impressa de maior tiragem no Brasil é a Folha Universal, da Igreja Universal do Reino de Deus, muito maior do que qualquer outra revista do Brasil, qualquer outro jornal, e é uma tiragem absurda de quase dois milhões de exemplares por semana. Então são quase oito milhões de exemplares por mês. Não tem nenhuma mídia impressa, como Grupo Globo, Folha, nenhuma, que chegue nem perto dessa tiragem.

**Mulher Cisgênero/ Lésbica -  
Representante do Coletivo  
Intervozes (Entrevista)**

## MEIOS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVOS E COMUNITÁRIOS



### Mídias alternativas locais

Para além das mídias tradicionais que apresentamos, vemos a consolidação dos canais de vídeo como espaços de denúncia, de debate e de formação da opinião pública, o papel das rádios comunitárias, e o impacto dos jornais locais, que abordam a realidade dos moradores e falam a sua linguagem.

Nas favelas cariocas, temos exemplos desses veículos de comunicação: na Maré, o jornal Maré de Notícias, cuja tiragem mensal é de 60 mil exemplares; o Fala, Roça!, na Rocinha, com ampla repercussão nos canais digitais; e ainda o Voz das Comunidades e o Coletivo Papo Reto, no Alemão, que além do trabalho com a comunicação também realizam ações sociais.

A partir do olhar dos próprios moradores, esses canais buscam produzir e compartilhar narrativas que deem conta das potências desses territórios, afastando os estigmas que as grandes mídias tradicionais sempre apresentaram sobre a favela como um lugar de violência e pobreza.

Também cumprem o papel de denunciar a violência do Estado e de reivindicar a garantia de direitos básicos da população frente à desumanização à qual essas pessoas geralmente são associadas.

Podemos destacar, ainda, os jornais de bairro, como o Jornal Campo Grande, que aborda as especificidades desse bairro da Zona Oeste com um olhar distinto do percebido na mídia tradicional, que geralmente dá menos visibilidade a essa região. Tal área, que é a mais distante dos centros de decisão e dos bairros mais elitizados, é comumente citada no noticiário em contextos negativos. No quadro abaixo, podemos visualizar importantes mídias alternativas da cidade. Optou-se pelo uso do Instagram como medição de influência por essa ter sido a rede social mais utilizada pelo público da pesquisa.

**Quadro 4:** Mídias alternativas locais da cidade do Rio de Janeiro  
- Acesso em: 23/11/2022.

Mídia	Ano de Origem	Nº de seguidores no Instagram
<a href="#">Voz das Comunidades</a>	2005	172 mil
<a href="#">Maré de Notícias - Redes da Maré</a>	2009	39.7 mil
<a href="#">Coletivo Papo Reto</a>	2014	16.1 mil
<a href="#">Perifa Connection</a>	2019	13.9 mil
<a href="#">Fala Roça</a>	2013	10 mil
<a href="#">Jornal Campo Grande</a>	–	9.4 mil
<a href="#">A voz da favela</a>	2009	7.6 mil
<a href="#">Fala Akari</a>	–	3.9 mil
<a href="#">O Cidadão</a>	1999	1.1 mil

Fonte: Data\_Labe (–) Sem informação disponível

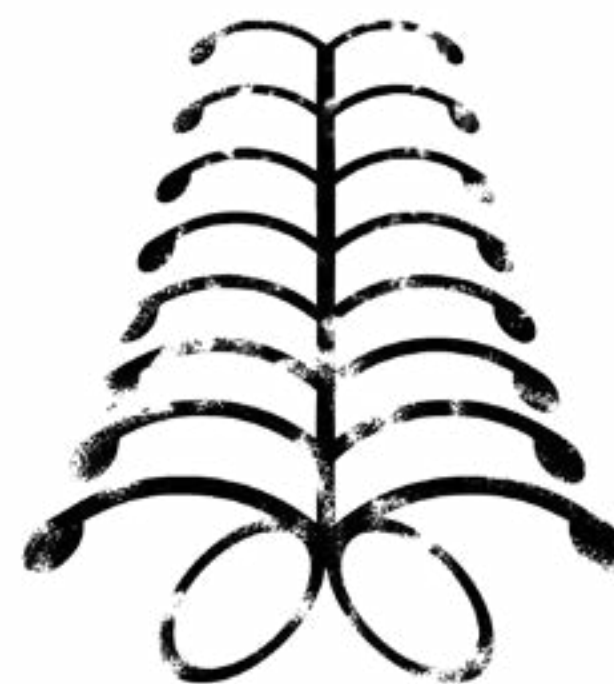
## MÍDIAS NEGRAS LGBTQIAP+

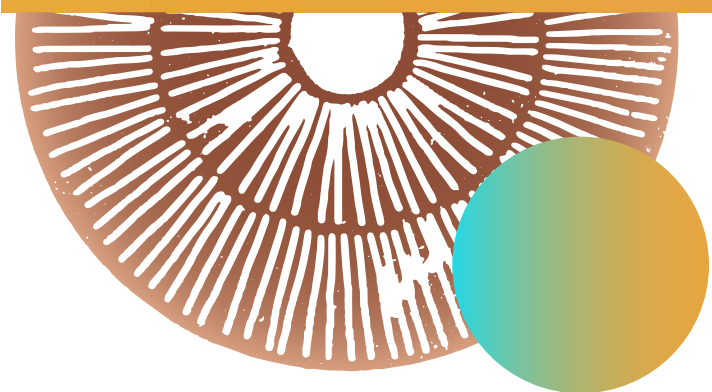
Descendentes dos criadores da escrita e perpetuadores da oralidade, segundo o *site* Estado de Minas (2022), o povo negro no Brasil iniciou os primeiros jornais antes da tardia abolição da escravatura (1888) com os impressos “O Mulato ou Homem de Cor”, “O Brasileiro Pardo” e “O Lafuente”. O último compartilhava a falta de cidadania conferida aos negros que eram livres no período.

Naquela época, a população negra era retratada pela mídia hegemônica como um povo marginal, figurando de maneira caricata em charges, análises sociais e páginas policiais. A existência de mídias negras em contexto brasileiro foi dado para que as narrativas negras pudessem eclodir, para que negros pudessem ler sobre si mesmos a partir da perspectiva de pessoas do mesmo grupo racial.

Com o passar dos anos, o cenário da mídia negra não se expandiu com tanta veemência. No decorrer da pesquisa, ficou explícita a escassez de mídias negras LGBTQIAP+ no município do Rio de Janeiro. O comunicador Diego do Subúrbio aparece como um dos poucos influenciadores digitais que produz conteúdo na internet sobre população negra LGBTQIAP+.

O fomento para que mais pessoas negras LGBTQIAP+ tenham mais acesso à mídia como criadores de conteúdo, comunicadores e influenciadores se faz necessário, uma vez que essas populações carecem de mais oportunidades que, por muitas vezes, são inviabilizadas devido à intersecção de racismo e LGBTQIAP+fobia.





Durante a campanha, uma das minhas propostas era a criação de um fundo de fomento às mídias comunitárias e populares que previsse cotas específicas para as mídias negras, LGBTQs e de mulheres para fomento. E que esse dinheiro viesse da ação econômica das plataformas digitais que hoje não pagam nada para o Estado brasileiro e isso é um absurdo. [...] A gente não pode romantizar a precariedade. E, durante a pandemia, sempre vou resgatar esse exemplo da pandemia, foram os meios de comunicação popular e comunitária que ajudaram a combater a desinformação na favela e na periferia. Com carro de som, faixa de ráfia, cartaz, com WhatsApp, com tudo isso só que fez tudo na militância e na resistência, mas não dá pra ser assim. A gente precisa que esses meios de comunicação sejam estruturados financeiramente. É preciso que a gente fomenta essas mídias.

**Mulher Cisgênero/ Lésbica - Candidada à Deputada Federal pelo PT (Entrevista)**



## Mídias negras

No que tange apenas ao contexto racial negro, é notório que a mídia negra é vista como uma espécie de mídia dissidente. A Revista Raça, por exemplo, está há 24 anos nas bancas de todo o território nacional e é a maior revista do segmento negro na América Latina, segundo o site oficial. Somente a primeira edição, publicada em 1996, vendeu 270 mil exemplares.

Com alcance nacional, o *site* [Mundo Negro](#) oferece, desde 2001, conteúdos voltados para a população negra. Os mais de 643 mil seguidores no Instagram podem acompanhar conteúdos de variados assuntos, como música, filmes e autoestima.

Também com alcance nacional, as [Blogueiras Negras](#) abordam pautas ligadas à negritude e ao feminismo para um público de 34,5 mil seguidores. Segundo o Intervozes (2019), o *blog* foi crucial para a denúncia do caso de Cláudia Ferreira, uma mulher negra assassinada e arrastada por uma viatura da Polícia Militar, no Rio de Janeiro, em 2014.

Por fim, destaca-se o *podcast* [Mano a Mano](#), que tem 31 mil seguidores no Spotify. No ar desde 2021, o *podcast* apresentado por Mano Brown, *rapper* integrante do grupo Racionais Mc's, tem duas temporadas e conta com 30 episódios ao todo. No programa, Mano Brown entrevista convidados, em sua maioria negros, referências em diversos setores, como educação, filosofia, religiosidade, esporte e música.

As mídias negras de maior alcance estão dispostas no quadro a seguir, considerando os seguidores do Instagram como critério para o ranqueamento.

**Quadro 5:** Mídias negras e seus anos de origem e quantidade de seguidores no Instagram. Acesso em: 24/11/2022

Mídia	Ano de Origem	Nº de seguidores no Instagram
<a href="#">Alma Preta Jornalismo</a>	2015	491 mil
<a href="#">Notícia Preta</a>	2018	384 mil
<a href="#">Revista Afirmativa</a>	2013	39 mil
<a href="#">Correio Nagô</a>	2008	11 mil
<a href="#">Cultne</a>	1980	13 mil

**Fonte:** Data\_Labe (–) Sem informação disponível



## Mídias LGBTQIAP+

As décadas de 1960 e 1970 são as que registram os primeiros meios de comunicação destinados objetivamente ao público homossexual. Exemplos dessas publicações são citados por Oliveira e Dias (2009), como: “Le Femme, Subúrbio à noite, Gente Gay, Aliança de Ativistas Homossexuais, Eros, La Saison, O Centauro, O Vic, O Grupo, Darling, Gay Press Magazine, 20 de Abril, O Centro e O Galo, Os Felinos, Opinião, O Mito, Le Sophistique, Fatos e Fofocas, O Mito, Zéfiro, Baby Little Darling e outros”.

Esse grande volume de publicações foi acompanhado pela fundação da Associação Brasileira de Imprensa Gay, mas que, já em 1964, seria encerrada pelo Regime Militar instaurado no Brasil. No movimento de resistência à repressão da Ditadura seria lançada a primeira publicação de massa voltada ao público, [O Lampião da Esquina](#), em 1978.

Com a epidemia do vírus HIV e a disseminação da AIDS na década de 1990, o público homossexual passou a ser pautado na mídia nacional com significativa estigmatização, principalmente direcionada aos homens homossexuais. É então que surge a revista *Sui Generes*, publicada pela SG Press e com tiragem de 30 mil exemplares por mês (GONÇALVES, 2010). Essa publicação ajudou a desmistificar os homens homossexuais na mídia, elevando o público a um segmento de mercado capaz de garantir lucro a veículos de comunicação e a empresas em geral.

É notória a maior participação de homens homossexuais na mídia e no ramo da informação, contudo, graças à luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em diversas frentes, o cenário tem mudado nos últimos anos. A disseminação e popularização da internet, inicialmente com os *blogs* e, mais recentemente, com as redes sociais, têm contribuído para uma maior visibilidade a pessoas LGBTQIAP+.

Entre os exemplos dessas iniciativas digitais estão a [Revista Híbrida](#), voltada exclusivamente para o público LGBTQIAP+ e cuja equipe de trabalho é composta por profissionais que também se assumem dessa forma, a [Todxs](#), que tem mais de 39 mil seguidores no Instagram, a [QueerIG](#), editorial do portal IG, e os já extintos IGay e Põe na Roda. Temos ainda mídias alternativas cujas linhas editoriais trazem o gênero em sua centralidade, como a [Gênero e número](#), que produz jornalismo a partir de análise de dados, e a Revista [AzMina](#), focada no combate à violência de gênero. Os canais têm, respectivamente, 30 mil e 110 mil seguidores no Instagram.

Especificamente no Rio de Janeiro, podemos citar o [Pheeno](#), um portal de notícias, estilo de vida e entretenimento LGBTQIAP+, com mais de 60 mil seguidores no Instagram.

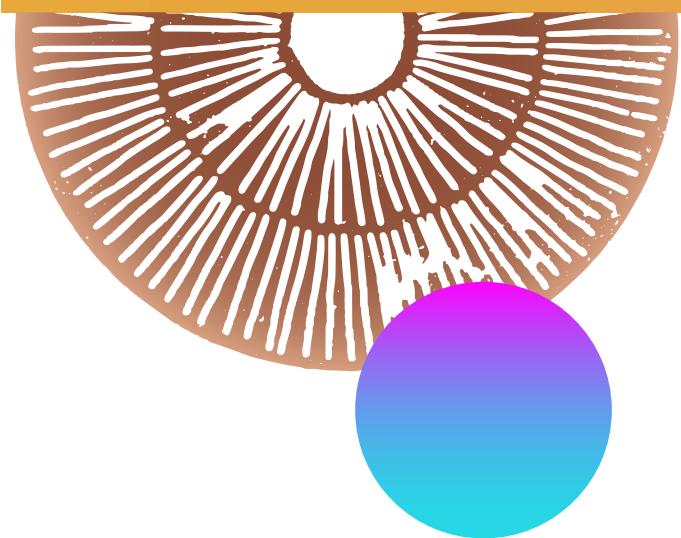
**Entretanto, é importante incluir uma percepção de que todos os veículos citados aqui não tem expressamente uma linha editorial voltada ou que pelo menos considere as pautas raciais da população LGBTQIAP+. Apesar da resistência e conquista de outras pessoas para além das homossexuais, é difícil achar veículos ou conteúdos que representem a diversidade racial brasileira.**

## INTERNET E REDES SOCIAIS

A internet é o canal de comunicação que mais cresce, para entretenimento, consumo de notícias, troca de informações, mobilização política, entre outras funções. Nos últimos anos, plataformas como WhatsApp, Facebook, Twitter, Youtube e TikTok se tornaram também canais de informação, até mesmo em detrimento dos grandes portais de notícias como Uol, G1, Yahoo, Folha de São Paulo etc. Tal protagonismo tem sido abordado em estudos e pesquisas produzidas nas universidades e por centros de pesquisa.

Apesar do surgimento de *sites* e portais com abordagens variadas, há uma liderança consolidada dos portais Uol, Abril, Globo, IG, State e R7, todos vinculados a grandes grupos com atuação em outros segmentos. Os *sites* Revista Fórum, com visão progressista, e O Antagonista, com visão conservadora, surgem como novos agentes no universo da internet (INTERVOZES *et al.*, 2017).

A pandemia de Covid-19 ocasionou o [aumento do consumo](#) de informação através das redes sociais e internet, como verificamos na pesquisa. Um dos entrevistados – bixa preta não binária – relata que seu alcance no Instagram aumentou durante esse período, mas que no geral existe uma dificuldade por parte das pessoas negras LGBTQIAP+ de serem reconhecidas por influenciadoras ou comunicadoras de referência nas redes sociais.



Eu posso ser muito sincero pra te falar que pessoas negras LGBTQIAP+ não são influenciadoras digitais. A gente pode ser criativista, que é um termo que eu me proponho a falar, que eu me coloco como criador de conteúdo, ativista e juntei tudo. [...] Nas redes sociais nem todos estão dispostos a nos ouvir, até mesmo os nossos, né? Então pra mim é um lugar que, e eu sou muito sincero em falar, pois se não fossem os meus amigos, a minha casa de Axé, eu acho que eu já teria pulado fora há muito tempo.

**Bixa preta não binária - Comunicador e jornalista (Entrevista)**

No presente trabalho, verificamos como é o consumo de informação pela internet, sobretudo pela população negra LGBTQIAP+ na cidade do Rio de Janeiro, principalmente no contexto das eleições de 2022, na qual a desinformação e o discurso de ódio foram, mais uma vez, usados como estratégia eleitoral por diversas candidaturas.



# RESULTADOS



**Mapa 1:** Distribuição das pessoas por local de moradia de acordo com o CEP - Rio de Janeiro, 2022 | Legenda: Laranja AP 1; Verde AP 2; Rosa AP 3



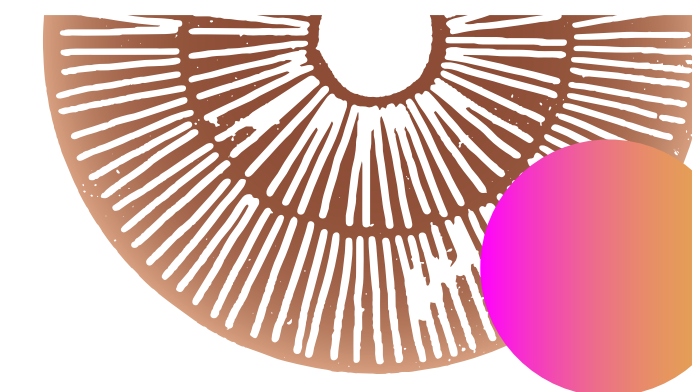
Foram obtidas 147 respostas através do formulário *on-line*, entretanto seis pessoas eram autodeclaradas brancas e duas indígenas e, portanto, foram excluídas da análise.

**A base final de análise contou com 139 pessoas negras LGBTQIAP+ com média de idade de 29 anos.**

Se levarmos em conta todas as respostas obtidas através do formulário a zona da cidade que mais participou da pesquisa foi a Zona Norte, com 85 respostas, seguida da Zona Oeste com 30 respostas, Zona Central com 18 e Zona Sul com 14.

O público respondente da pesquisa foi composto predominantemente por mulheres cisgênero bissexuais e com Ensino Superior Incompleto (Tabela 1). Existem três pessoas que se consideraram Intersexo, e quatorze que declararam não saber se são ou não Intersexo.

A equipe de pesquisa teve **dificuldade em encontrar pessoas Intersexo, considerando que muitas pessoas não sabem se são ou o que significa ser Intersexo.** Muitas pessoas demoram para se descobrir Intersexo devido à **escassez de informação** sobre o tema ou ainda por estigmas atrelados a pessoas que possuem características biológicas e/ou fisiológicas variadas no organismo, fugindo do que tradicionalmente se entende de macho ou fêmea. Conseguimos conversar com uma liderança Intersexo da cidade do Rio de Janeiro que contou um pouco de sua vivência.



[...] Não sabiam que eu era Intersexo no quartel, e aí começaram a ver eu me manifestando nas redes sociais. O que incomoda é, por exemplo, fizeram um “como assim um LGBT foi o primeiro lugar?”, porque a caserna é a representação hétero cis endossexo normativo purinho ali e aí tipo “como assim o LGBT foi o primeiro lugar dessa turma aqui de culto ao corpo, o corpo masculino do sexo?”. Então já tive mensagem do tipo “Ah, você é gay?”. Eu falo assim: “Olha, minha orientação é heterossexual, a minha identidade de gênero é cis, inclusive, até quando vou lá na entrevista de emprego e a gente vê essa falta dessa caixinha da intersexualidade porque, assim, a gente vê que a empresa se preocupa com tudo.

**Homem Intersexo - Liderança política Intersexo do Rio de Janeiro**

**Tabela 1:** Orientação sexual, gênero e escolaridade dos participantes da pesquisa - Rio de Janeiro, 2022

Pergunta	Quantidade de respostas	Porcentagem
<b>Qual sua orientação sexual?</b>		
Bissexual	52	37,4%
Homossexual	50	36,0%
Heterossexual	22	15,8%
Pansexual	11	7,9%
Assexual	2	1,4%
Sem rótulo	2	1,4%
<b>Qual seu gênero?</b>		
Mulher cisgênero	62	44,6%
Homem cisgênero	47	33,8%
Não binária	9	6,5%
Homem trans	8	5,8%
Mulher trans	4	2,9%
Travesti	4	2,9%
Sem rótulo	4	2,9%
Queer	1	0,7%
<b>Qual sua escolaridade?</b>		
Doutorado completo	1	0,7%
Doutorado incompleto	3	2,2%
Mestrado completo	8	5,8%
Mestrado incompleto	6	4,3%
Especialização completa	6	4,3%
Especialização incompleta	7	5,0%
Ensino superior completo	21	15,1%
Ensino superior incompleto	59	42,4%
Ensino médio completo	20	14,4%
Ensino médio técnico completo	4	2,9%
Ensino médio incompleto	3	2,2%
Ensino fundamental completo	1	0,7%

Fonte: Data\_Labe

As variáveis sobre emprego e renda revelaram um grau elevado de vulnerabilidade econômica entre os participantes.

Entre os respondentes, 45% declararam receber até um salário mínimo por mês, o que equivale a R\$1.212,00 por mês. Além disso, grande parte não possui emprego formal (Tabela 2).

Existem certas dificuldades por parte da população LGBTQIAP+ negra de estar trabalhando no mercado formal, principalmente se forem pessoas que fogem às normas padrão ou aos estereótipos esperados, ou se manifestam uma expressão de gênero diferente da esperada. Mulheres lésbicas masculinizadas, homens gays femininos e pessoas trans/travestis tendem a ter menos oportunidades no mercado



Um homem preto ter que cortar o cabelo pra conseguir um emprego enquanto uma pessoa branca não vai pensar nisso. Entrar num lugar querendo um emprego ainda mais usando dread, sendo preto e sendo trans [...] E as pessoas não se questionam isso. Não vai ver nenhuma representatividade trans, gorda, PCD, cadeirante na televisão e ninguém vai falar nada?

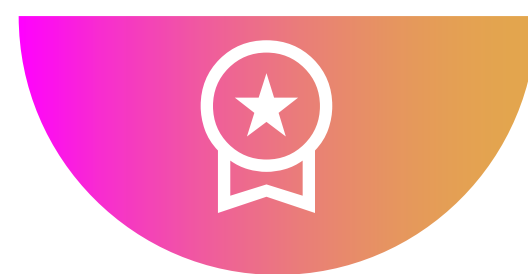
**Mulher Travesti - Grupo focal 5**

de trabalho formal. Some a isso a LGBTQIAP+fobia estrutural que provoca a evasão escolar dessas pessoas ainda nas etapas regulares de educação.

Dados da ANTRA apontam que 90% da população de travestis e transexuais tem a prostituição como trabalho compulsório e possibilidade de renda devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. A pesquisa [TransUerj](#) ainda acrescenta que a maioria das travestis entrevistadas não havia concluído o ensino fundamental e relatou violências institucionais nos espaços de educação. Mesmo as pessoas trans e travestis que conseguiram terminar a graduação informaram episódios de preconceito e discriminação devido a sua identidade de gênero no acesso e na permanência no trabalho e no ambiente educacional (DADOS SOBRE SAÚDE E CIDADANIA TRANS NO RIO DE JANEIRO, 2020).



# I. PANORAMA DO FLUXO INFORMACIONAL E RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO



## Em quem as pessoas entrevistadas mais confiam

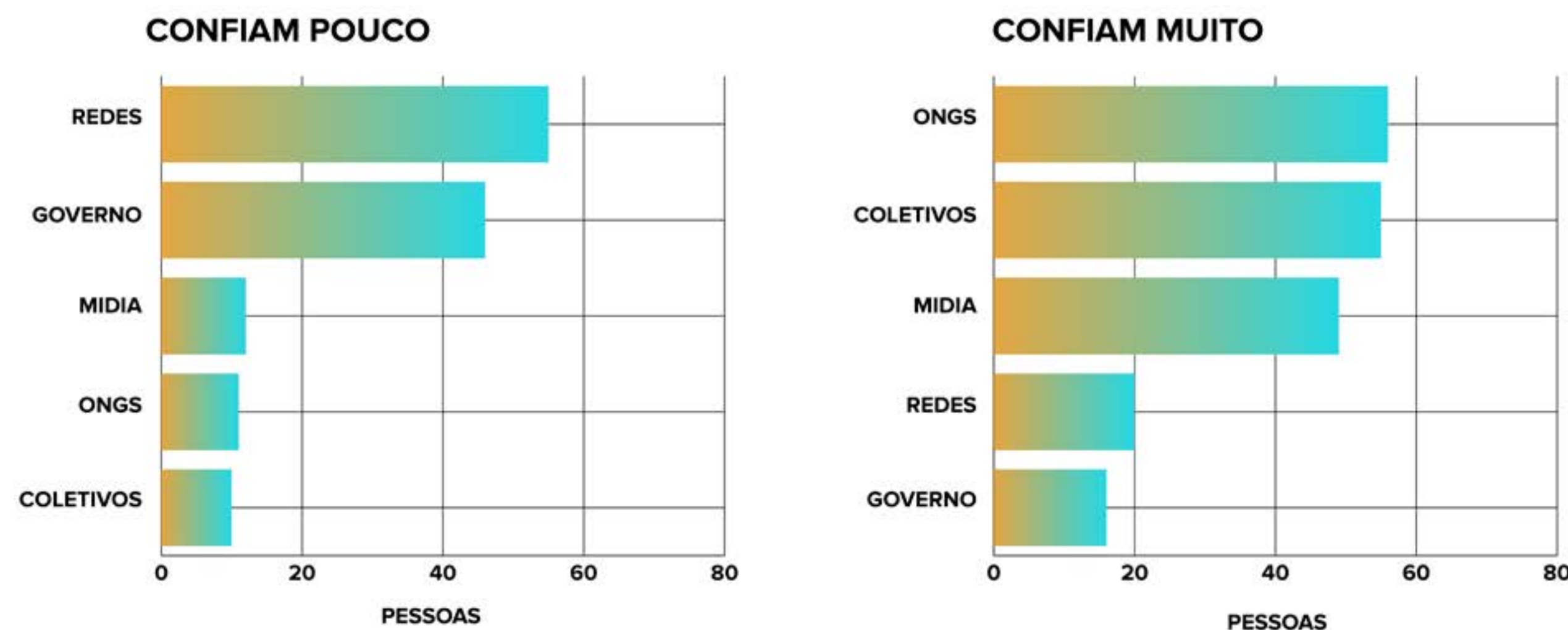
As pessoas que responderam o questionário declararam confiar pouco nas informações provenientes de suas redes pessoais, como parentes e amigos, e do governo.

Do total de seleções em quem confiam pouco para se informar, 41% das respostas indicaram suas redes pessoais e 34% afirmaram confiar pouco no governo.

Em contrapartida, ao serem questionadas em quem confiam muito para consumir informação<sup>2</sup>, 29% afirmaram que confiam muito nas informações provenientes de organizações não governamentais, seguidas de 28% para informações de coletivos e 23% de informações provenientes da mídia privada tradicional (Gráfico 1).

Esse cenário pode revelar um processo de desinformação impulsionado pelo governo de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro que, desde o pleito eleitoral de 2018, utilizou as redes sociais e canais digitais para disseminação de desinformação que alcançou todas as camadas sociais, como apontado em [pesquisa publicada](#) pelo The Guardian em 2019. As ONGs e coletivos se mantiveram, então, na opinião das pessoas respondentes, como contraponto a esse processo e, por isso, ainda são consideradas confiáveis para consumo de informação.

Gráfico 1: Fontes de informação em que as pessoas confiam para obter informações



É importante citar que o panorama acima não era específico a algum tipo de informação, mas sim de forma geral. Isso é importante para separar os resultados do próximo tópico, que investigou que tipo de informação as pessoas mais buscam.

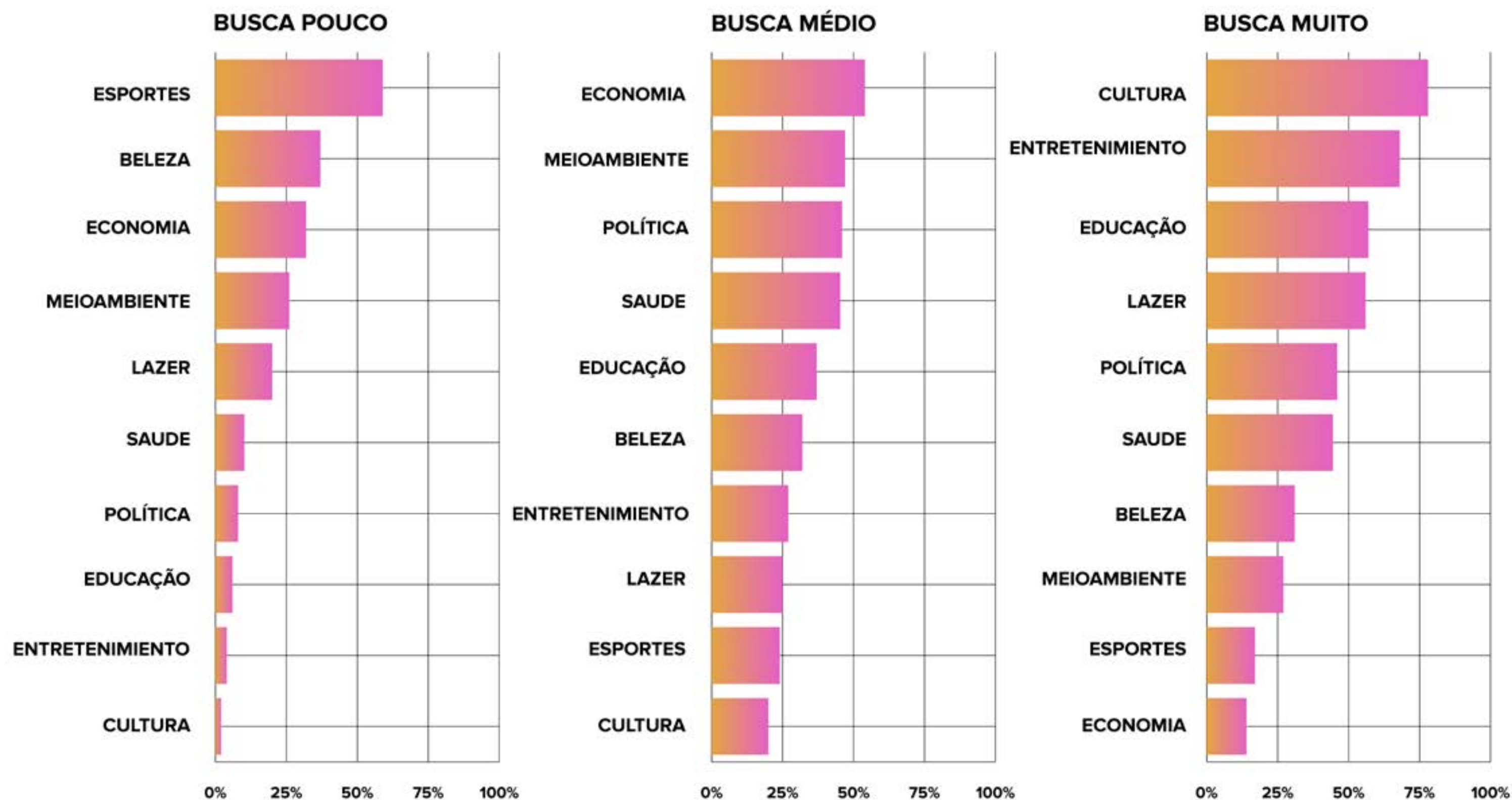
<sup>2</sup> É importante informar que para todas as perguntas de qualificação em escalas, como esta que aferia o grau de confiança em pouco, médio e muito, era possível selecionar mais de uma opção em cada nível de confiança. Este mecanismo resulta que em uma única categoria de confiança o somatório das respostas possa ser superior a 100%.



## Que tipo de informação mais buscam?

Quando questionadas sobre que tipo de informação “buscam pouco”, os temas mais respondidos foram esporte (59%) e beleza (37%). Já cultura, entretenimento e educação são tópicos apontados como de maior busca, com 78%, 68% e 57% respectivamente (Gráfico 2).

Gráfico 2: Quais tipos de informações as pessoas buscam





## Quais os meios de comunicação mais utilizados?

Rádios FM e jornal impresso são os menos utilizados pelas pessoas participantes da pesquisa para se informarem.

Do total,



**46%**

declararam que não usam o rádio como canal de consumo de informação



**74%**

informaram que utilizam a internet como o canal de principal consumo



**43%**

não usam o jornal impresso



**17%**

que utilizam a televisão para tal

O alto índice do consumo da internet como principal meio de comunicação deve ser analisado com cautela, pois com o avanço das redes sociais, muitas pessoas passaram a consumir informação de acordo com o que os algoritmos desenvolvidos e utilizados pelas grandes empresas distribuem para suas contas, e não de uma forma autônoma, e partir de buscadores de pesquisa ou de acesso a canais de mídia *on-line*.

Esses achados estão relativamente alinhados com o panorama nacional. De acordo com a pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (TIC DOMICÍLIOS, 2021), a internet era utilizada por 81% da população acima de 10 anos de idade, seguida da televisão que era utilizada por 51% da população brasileira.

Porém, a mesma pesquisa alerta que a grande maioria das pessoas provenientes das classes C, D e E utilizam a internet majoritariamente pelo celular através de dados móveis, o que no Brasil limita o acesso, visto que, após o consumo do pacote de dados, os usuários conseguem acessar somente os aplicativos chamados de “*zero rating*” (sem taxa de consumo), que são Facebook, Instagram e WhatsApp, todos da empresa Meta.

Por fim, apesar do consumo de televisão ser representado como um forte hábito da população brasileira entre as pessoas da pesquisa, ela não desponta como tal. Múltiplos fatores podem contribuir para esse processo. A idade média das pessoas respondentes pode apontar para um grupo que está tomado por atividades laborais ou educacionais e, portanto, com pouco tempo disponível para consumo da televisão. Ou ainda um gradual processo de abandono desse tipo de mídia e sua substituição pela internet, na qual há maior diversidade de conteúdo, personagens e segmentação.

## 2. FLUXO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Para analisarmos como o público consome e se relaciona com informações do poder público, foi escolhido investigar sobre a retificação de prenome. De todas as respostas, 15 pessoas realizaram a retificação de prenome e/ou gênero (11%). Esse processo é um direito assegurado a todas as pessoas trans e travestis pelo artigo 16 do Código Civil Brasileiro, mas que passou a ser acessado a partir de 2018, quando o STF garantiu esse direito às pessoas trans, não binárias ou a quem desejasse, sem a necessidade de um processo judicial e sem a cirurgia de redesignação sexual. Apesar dessa decisão do Supremo, muitas pessoas ainda relatam dificuldades ou falta de pleno conhecimento sobre o processo, o que pode ser **um dos sintomas de um acesso precário à informação sobre direitos ou processos legais.**

Esse distanciamento entre a informação oficial de agentes e agências do governo e as pessoas negras LGBTQIAP+ pode ser atribuído à defasagem das estratégias de comunicação por parte desses agentes. Conforme os dados apresentados, as pessoas têm cada vez mais migrado para canais de comunicação *on-line* e através de redes sociais.

Ao mesmo tempo, foi apontado que veículos e mídias mais tradicionais não possuem representatividade com o público da pesquisa.

O que recomendamos é, mais uma vez, a inclusão de pessoas negras LGBTQIAP+ nas equipes de decisão e estratégicas sobre a comunicação para que propostas de fato inovadoras e alinhadas ao discurso e imaginário das pessoas possam ser disseminadas na sociedade. Esta reivindicação é antiga dos movimentos sociais negros e/ou LGBTQIAP+ no Brasil, e continua sendo negligenciada por todos os grandes canais de mídia brasileiros.

Outras três pessoas relataram ter tido dificuldade de acesso a documentos por causa de suas identidades de gênero, sendo dois homens trans e uma que prefere não rotular seu gênero. Esses resultados, por mais que sejam baixos numericamente, deflagram que entre as pessoas negras LGBTQIAP+ da cidade do Rio de Janeiro, ainda há aquelas que não conseguem exercer sua cidadania de forma plena, integral e facilitada, por causa da falta ao acesso pleno à informação, mas também por aspectos discriminatórios.

Em relação à pandemia de Covid-19, [podemos considerar o descaso que muitas pessoas pretas LGBTQIAP+ passaram em relação ao não atendimentos relacionados às especificidades em saúde no que diz respeito, por exemplo, a ser uma \[pessoa trans\]\(#\).](#) Muitas pessoas ficaram sem acesso a especialidades clínicas e isso reforçou a transfobia institucional que já existe nesse tipo de atendimento.



Principalmente nessa época de covid, né, porque o sistema de saúde não está preparado pra atender os corpos trans. Não está ainda e, tipo, a galera se sentiu mais confiante ainda pra desrespeitar, mesmo a gente tendo o nosso no me social, mesmo a gente se expressando da maneira que nós somos, eles se sentem muito confortáveis pra serem preconceituosos.

**Transmasculino - Grupo focal 5**

# 3. REDES DE INFORMAÇÃO, PRODUÇÃO E MOVIMENTO



## Relação com influenciadores negros LGBTQIAP+

Uma quantidade significativa de pessoas declarou conhecer e seguir em redes sociais comunicadores negros LGBTQIAP+ em suas redes sociais (83%) (Tabela 2). Os nomes dos comunicadores mencionados podem ser conferidos no Gráfico 3.

Vemos que as três pessoas mais mencionadas são:

<b>Nataly Nery</b>	<b>Gabi de Pretas (Gabi Oliveira)</b>	<b>Liniker</b>
<b>Seguidores:</b>	<b>Seguidores:</b>	<b>Seguidores:</b>
693 mil 230.8 mil	607 mil 152.5 mil	1.1 mi 35.2 mil

Importante frisar que as duas primeiras são influenciadoras digitais e Liniker é uma cantora em que suas redes sociais mais importantes são Spotify (928.899 ouvintes mensais) e Youtube (101 mil inscritos).

Gráfico 3: Nuvem de palavras com os nomes de comunicadores e influenciadores negros LGBTQIAP+ que as pessoas da pesquisa declararam conhecer e seguir.





## Relação com políticos negros LGBTQIAP+

Contudo, quando questionadas no questionário quantitativo se as pessoas conheciam e seguiam pessoas políticas (candidatas e/ou eleitas) negras LGBTQIAP+, esse percentual caiu para 67%, uma redução de 16% (Tabela 2). Os nomes das pessoas políticas citadas podem ser conferidos no Gráfico 4. Isso indica que as pessoas consomem conteúdos e informações mais de comunicadores e *influencers* do que de pessoas envolvidas com política.

**Tabela 2:** Quantidade de pessoas que conhecem e/ou seguem pessoas relevantes para o ecossistema da informação - Rio de Janeiro, 2022

Conhecem e/ou seguem	Quantidade
Comunicadores ou influencers	
Não sei da existência de nenhum	3
Não sei responder	6
Sim, sei da existência e sigo	115
Sim, sei da existência mas não sigo	15
Políticas ou candidatas	
Não sei da existência de nenhum	3
Não sei responder	6
Sim, sei da existência e sigo	93
Sim, sei da existência mas não sigo	37

**Gráfico 4:** Nuvem de palavras com os nomes de políticas negras LGBTQIAP+ que as pessoas da pesquisa declararam conhecer e seguir.



Erika Hilton

Dani Balbi

Benny Briolly

Uma possível explicação para essa disparidade foi apontada em um dos grupos focais, onde foi trazido que poucas personalidades políticas tinham em seu discurso, e pautas, pessoas negras e LGBTQIAP+. O mais comum era um foco na pauta racial ou na LGBTQIAP+, e como os conteúdos *on-line* têm um alto grau de personificação isso pode estar afetando uma melhor distribuição e consumo das personalidades políticas.

Os nomes mais recorrentes nos questionários também apareceram de maneira constante nas entrevistas individuais e nos grupos focais. Levando em conta que a eleição de 2022 apresentou um aumento nas candidaturas negras LGBTQIAP+ e expressivas eleições de candidaturas trans para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ, tais nomes também foram percebidos, conforme nuvem de palavras acima.

A gente tem aí candidaturas que foram vitoriosas, como a primeira professora trans da UFRJ, Dani Balbi, e hoje é a primeira mulher trans eleita a deputada estadual aqui no Rio. Temos ainda mulheres, mulheres travestis, homens, não binários, LGBTs que se colocam reivindicando o plano da entidade de gênero dentro do orçamento e dentro do projeto de políticas públicas durante o período de suas candidaturas.

#### **Homem Cisgênero/Gay - Candidato à Deputado Estadual - PT (Entrevista)**

A maioria das pessoas que estava fazendo esse diálogo LGBT e questões raciais eram mulheres, porque as outras pessoas que ou eram LGBT ou eram pessoas negras estavam levantando, ou mais a bandeira das questões raciais e não falava tanto sobre LGBT.

#### **Homem Transexual Bissexual - Grupo focal 1**

Eu acho que a partir dos últimos oito anos nós tivemos muito mais candidaturas comprometidas (com pautas negras e LGBTQIAP+) e muitas mais candidaturas LGBTs e negras. Eu acho que isso teve um avanço.

#### **Homem Cisgênero/ Bissexual - Assessor parlamentar de mandato de Deputada Estadual - PSOL (Entrevista)**

A gente teve vitórias importantes. Eu tava até vendo um dado da “Vote LGBT” [com 16,5 mil seguidores no Instagram], que a gente praticamente dobrou o número de votos nas eleições de 2022 em candidaturas LGBT. Foram 3,5 milhões de votos em candidaturas LGBTs no Brasil [...]

#### **Mulher Cisgênero/ Lésbica - Representante do coletivo Intervozes (Entrevista)**

Uma entrevistada trouxe uma interessante visão sobre o crescimento e sobre o triunfo dessas candidaturas.

As candidaturas de extrema-direita têm esse discurso preconceituoso contra pessoas LGBTs e elas tiveram muito financiamento, muita capilaridade. As pessoas tiveram acesso ao recurso mínimo ali, mas ainda assim tivemos vitórias eleitorais muito expressivas de mulheres trans em lugares onde essa violência contra pessoas trans também é muito alta.

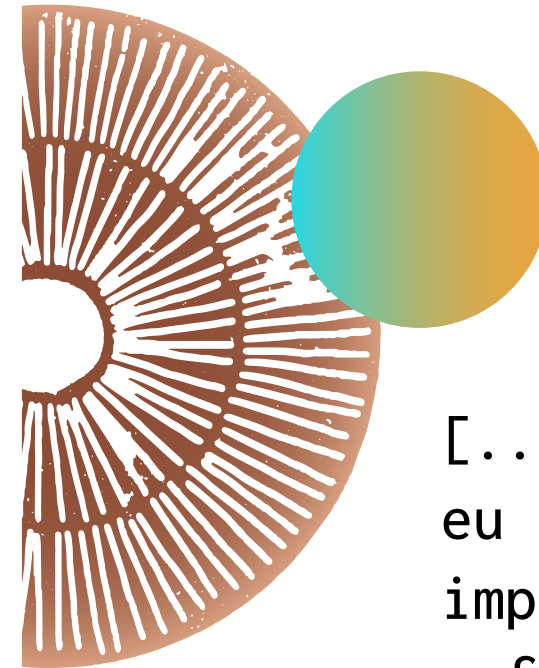
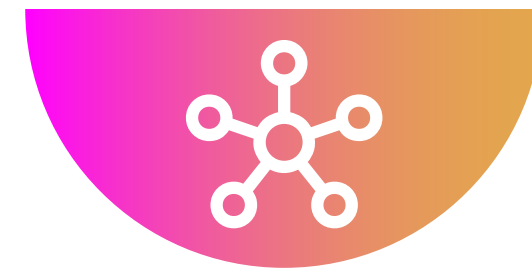
#### **Mulher Cisgênero/ Bissexual - Cientista política e coordenadora de um importante movimento político de mulheres (Entrevista)**

## Rede de informação, organização e influência

Além de questionarmos como era a interação individual com perfis de pessoas comunicadoras e de políticas, investigamos como era a participação em grupos negros LGBTQIAP+. Essa investigação foi considerada necessária, pois recentemente foi notado [um crescimento de grupos](#) de cunho político ideológico, principalmente pela implementação da possibilidade de grupos com alto alcance de seguidores e/ou listas de transmissão de mensagens instantâneas.

O percentual de pessoas que declararam participarem de tais grupos com perfil negro LGBTQIAP+ foi bem inferior aos percentuais de pessoas que conhecem e seguem comunicadoras ou políticas. Apenas 27% das pessoas declararam fazer parte de grupos com ambas as identidades (Tabela 3). Os grupos citados encontram-se no Gráfico 5.

As formas de organização política de pessoas negras e LGBTQIAP+ apareceram como recorrência nas entrevistas e grupos focais. Esses grupos tendem a juntar-se entre seus iguais para debater suas pautas, realizar estudos sobre autores do tema, organizar manifestações e fortalecer a comunidade de maneira geral. Isso fica evidente na fala de uma das entrevistadas, que abriu as portas de seu espaço físico para a realização do Grupo focal 3.



[...] observar um espaço totalmente afrocentrado, que é um espaço onde eu estou problematizando a questão de gênero e a étnico-racial é bem importante. Eu acho que da minha arte eu consigo levar pessoas a fazerem uma reflexão e, a partir dessa reflexão, uma mudança de postura.

### Mulher Trans - Ativista dos Direitos e Diversidade Sexual, Gênero e Relações Étnico-Raciais na Educação

Eu sou um ato político também. Eu acredito que a gente esteja fazendo política vinte e quatro horas da nossa vida. Eu acho que tendo saído da minha casa e vindo até aqui eu já estava fazendo política.

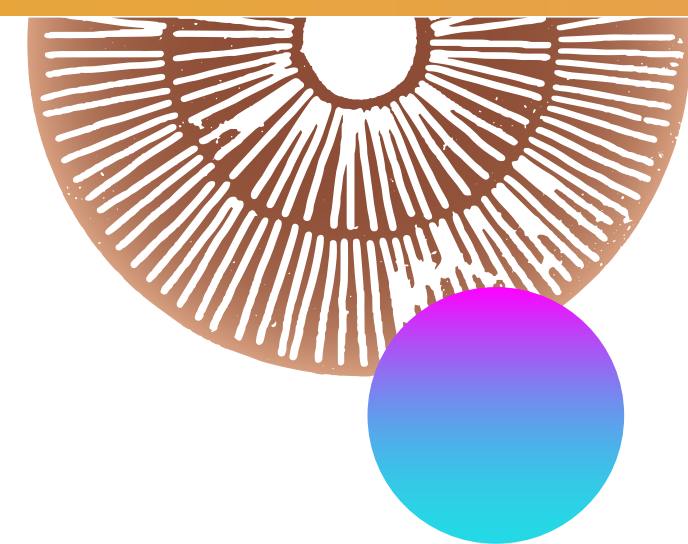
### Pessoa Trans Não Binária - Grupo focal 3

A gente está falando de um lugar, de uma política onde a gente pode existir, porque existe um lugar da política onde a gente não existe. O Estado brasileiro é um Estado branco e ponto. É homem, homem cis branco.

### Pessoa Gay Não Binária - Grupo focal 1

Do mesmo modo, podemos perceber o destaque nos espaços digitais, como encontros remotos de debate ou grupos em redes sociais. Muitos desses ambientes virtuais cresceram durante a pandemia de Covid-19.





Eu também acho que é importante inclusive nesse lugar do virtual, né? A Roberta [uma das integrantes da equipe de pesquisa] tocou o pré-vestibular social on-line [...] Que me trouxe todo um debate de mulherismo africano que eu não vi na faculdade. Não vi nenhuma ementa, não vi em nenhum outro lugar.

#### Mulher Cisgênero/ Lésbica - Grupo focal 1

Acaba sendo on-line mesmo em grupos. Eu participo de alguns grupos de discussão mais teórica, mas pensando no feminismo lésbico que é também uma rede de organização assim de assistentes sociais. Então, quando acontece algum caso, alguma situação, há ali uma articulação em rede para como encaminhar as coisas.

#### Mulher Cisgênero/ Lésbica - Grupo focal 2

Aqui, temos um ponto importante sobre o Ecossistema da Informação. Com o avanço das redes sociais *on-line*, a sociedade tem gradualmente migrado dos espaços de convívio público para espaços *on-line* e segmentados.

Com o surgimento e agravamento da pandemia de Covid-19, notou-se que essa prática de se encontrar em grupos ganhou força durante o momento, dado ao isolamento e medidas de restrição.

Portanto, consideramos importante a divulgação e manutenção de grupos *on-line* negros LGBTQIAP+, porém salientamos que a sociedade tem ficado cada vez mais carente de espaços públicos e acessíveis onde possam se encontrar, se relacionar e debater pautas que importam para elas, agregando diversidade nesses encontros e construindo, através de espaços culturais e de lazer, um ecossistema de informação mais saudável e democrático.

Gráfico 5: Nuvem de palavras com os grupos negros LGBTQIAP+ que as pessoas da pesquisa declararam seguir e conhecer.



Forum TT RJ

Ponte para pretxs

Frente LGBTQ+ RJ

Da mesma forma que muitas pessoas seguem comunicadores, uma porcentagem significativa (28%) de pessoas se consideram comunicadores ou influenciadores (Tabela 3).

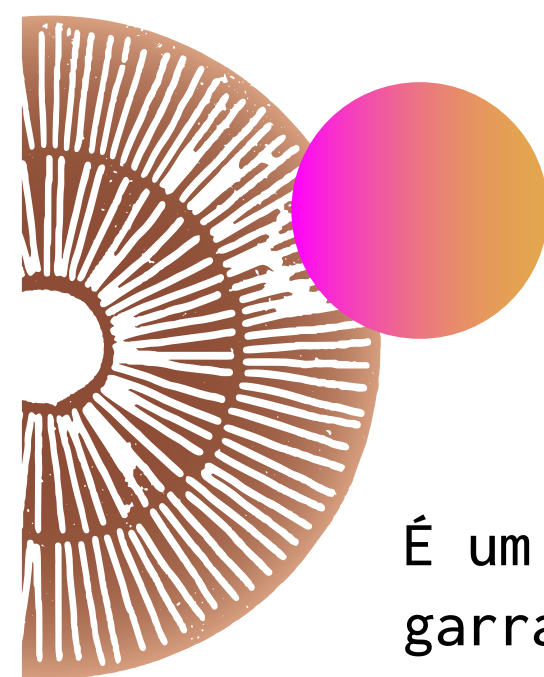
**Tabela 3:** Quantidade de pessoas que participam de grupos em redes sociais por perfil do grupo e quantidade de pessoas que se consideram comunicadoras ou influenciadoras e ativistas - Rio de Janeiro, 2022

Participação de grupos negros LGBTQIAP+	Quantidade
Não faço parte de nenhum grupo	80
Sim, para os dois grupos	38
Sim, somente para pessoas LGBTQIAP+	8
Sim, somente para pessoas negras	13
Se considera comunicadora/influenciadora	
Não	79
Não sei	21
Sim	39
Se considera ativista	
Não	51
Sim, das duas causas	67
Sim, somente para pessoas LGBTQIAP+	2
Sim, somente para pessoas negras	19

Dessas 39 pessoas que se declararam como comunicadoras ou influenciadoras, 38% são mulheres cisgêneras e 31% homens cisgêneros. Esse cenário pode ainda ser consequência do panorama tradicional das primeiras mídias e veículos de comunicação que apresentamos na introdução deste IEA, nos quais há uma baixa pluralidade de corpos, gêneros e sexualidades.

No entanto, foi interessante notar que um percentual maior de pessoas se consideram ativistas das causas negras LGBTQIAP+. Um total de 48% das pessoas se consideram ativistas de ambas as causas, isso é 20% a mais do que as que se consideram comunicadoras (Tabela 3). Ou seja, por mais que possam estar lidando e trabalhando pela garantia de direitos, essas pessoas não atuam, ou pelo menos não se declararam, como comunicadoras.

Futuras investigações podem auxiliar em desvendar as barreiras comunicacionais ou estruturais que impedem essas pessoas de darem evidência a seu trabalho.



É um rolê que a gente faz na garra mesmo. Eu não recebo nada pra estar nessa plataforma, no caso o Instagram. A gente vai tentando e é muito interessante porque pessoas que começaram antes de mim, tipo eu comecei em 2019, agora em 2022, 2021 que começaram a ganhar algum espaço, crescer.

**Bixa preta não binária - Comunicador e Jornalista (Entrevista)**

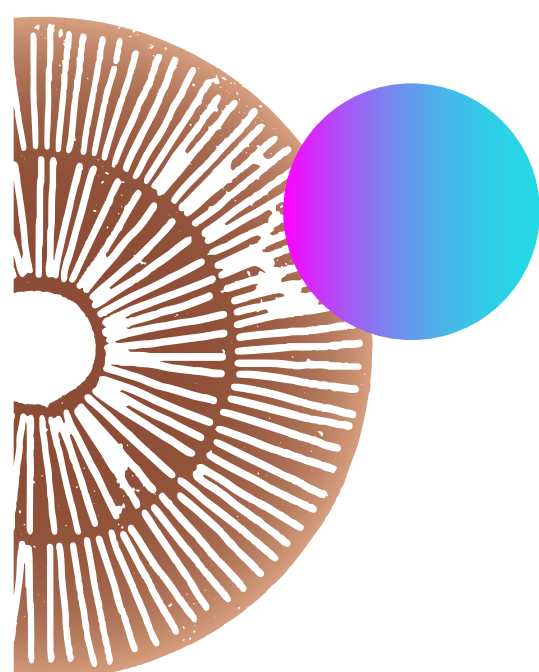
Motivos pra parar não faltam. Se você for pensar financeiramente, se você for pensar no esforço que você tem, que você não consegue colher no sentido de se manter financeiramente com esse trabalho, realmente é desafiador.

**Homem Cisgênero Gay – Administrador de página negra LGBTQIAP+ (Entrevista)**

Você vai ver o tamanho desses caras, por exemplo, quantos canais que eu sigo de pessoas pretas no YouTube? Não sei, não consigo lembrar. [...] Aí você vai olhar pro tamanho dos canais, é muito desproporcional. Quem de nós que pode ter um canal assim? Fazer um investimento do que é ter um canal e que vai ter gente por trás?

**Pessoa Gay Não Binária - Grupo focal 1**

A falta de identificação enquanto pessoas comunicadoras ou influenciadoras também aparece como consequência de baixa definição sobre os termos, como foi apurado durante o Grupo focal 1. Em diálogo sobre se considerarem influenciadores, os participantes afirmaram que sim, porém dependendo de como isso pode ser encarado.

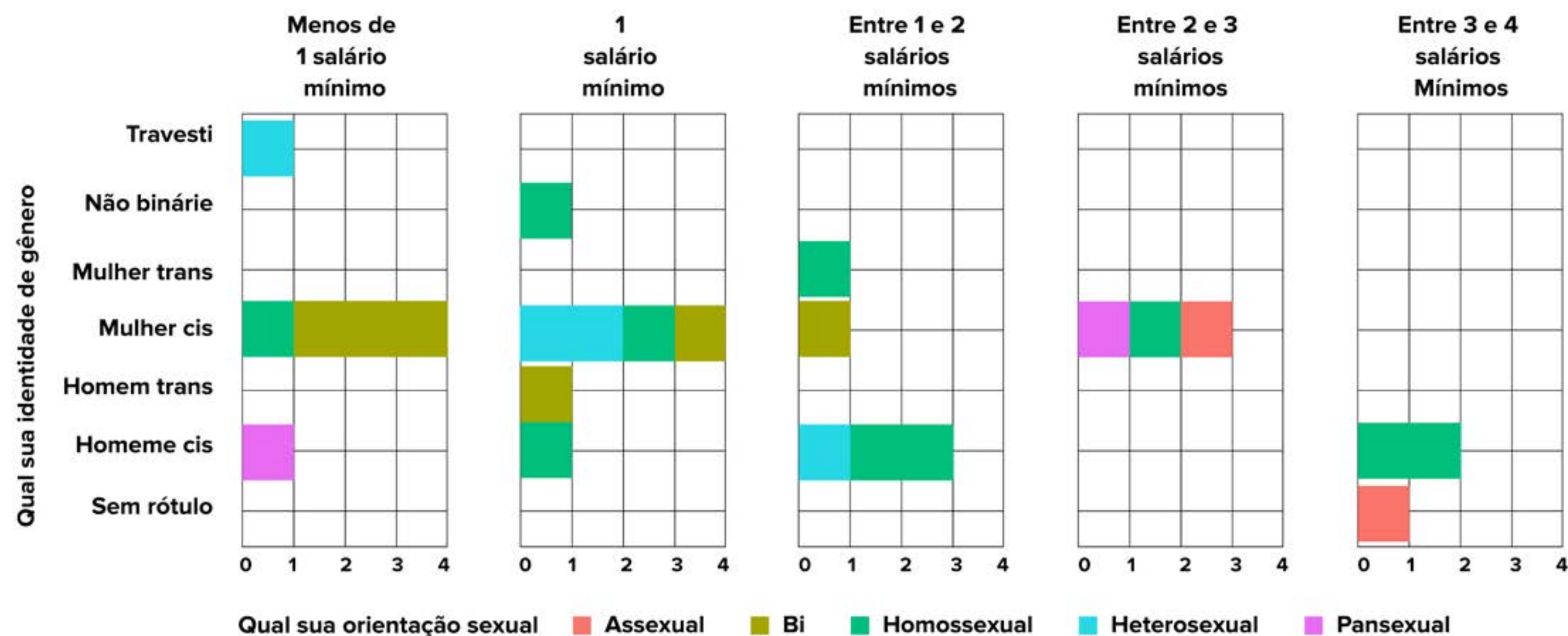


Então, por exemplo, eu não quero ser influenciadora, mas é óbvio que eu chegar na sala de aula com a minha estética, com o cabelo, dizer que eu sou sapatão e não sei o que, é uma coisa que já vai [influenciar] porque essa geração tá envolvida com isso.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Grupo focal 1**

Para entendermos melhor as características que fazem com que as pessoas se insiram ou não no debate e ciclo informativo, aprofundamos as análises de quem seriam as pessoas que não conhecem ou não seguem comunicadoras negras LGBTQIAP+. Elas somam 24 pessoas (17% do total). Existe uma relação aparente com a faixa de renda mensal, visto que 13 pessoas recebem até um salário mínimo (Gráfico 6). Isso poderia indicar uma restrição no acesso a mais recursos informacionais, sejam eles *on-line* ou presencial ou, ainda, dificuldade de inserção no debate mais amplo, como encontros, e por isso não conseguirem se inserir nesse debate.

**Gráfico 6:** Composição salarial, identidade de gênero e orientação sexual das pessoas que não participaram efetivamente das eleições 2022.



Outra relação semelhante foi a quantidade de mulheres que se encaixam nesse perfil, somando 12% do total. Salientamos, aqui, que há um processo histórico entre os veículos de comunicação e mídia de descaso com pessoas desfavorecidas economicamente e também mulheres dentro do Ecosistema da Informação. Por isso, um dos principais sintomas que este IEA diagnostica tanto na perspectiva histórica quanto quantitativa é justamente desse apagamento e o reforço dele. É necessário e urgente a implementação de ações que proporcionem o protagonismo de pessoas economicamente desfavorecidas e também de mulheres.

Quando apontamos a necessidade de proporcionar protagonismo, é pensando em um movimento que começamos a visualizar principalmente como consequência dos movimentos negros sociais. Com a conquista de cotas, ações afirmativas e denúncias de racismo em estruturas institucionais, de forma gradual, mais pessoas negras têm alcançado locais e posições dentro de equipes de informação. Porém, são raras as pessoas negras LGBTQIAP+ de destaque. A maioria dos apresentadores de televisão, jornalistas, comunicadoras da internet ou fora dela, continuam sendo pessoas brancas e, mais ainda, pessoas cisgênero e heterossexuais.

## 4. USO E ACESSO À INFORMAÇÃO



### Internet é a mídia mais acessada

Como dito anteriormente, a internet é a forma mais utilizada para consumo e troca de informação. Quando questionadas acerca de por quais dispositivos as pessoas mais acessavam a internet, 42% declararam utilizar laptops e dispositivos móveis. Isso quer dizer que existe uma parcela grande de pessoas participantes da pesquisa que tem duas possibilidades de acesso à informação. Alertamos que isso não necessariamente reflete a realidade do grande público negro LGBTQIAP+, tendo em vista que no estado do Rio de Janeiro,

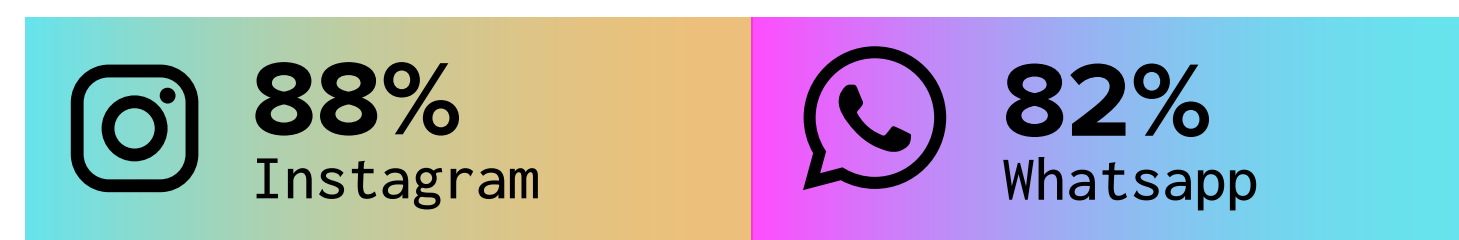
**apenas 26,4% das pessoas acessam a internet via computador pessoal, e 99,9% via dispositivo móvel (TIC 2021).**

Isso ocorre justamente pela escolha metodológica da pesquisa, que foi de divulgação entre redes de pessoas conhecidas ou redes sociais, o que já estimula um perfil engajado e que está majoritariamente inclusa no debate.

### Consumo de redes sociais

Foi interessante observar a relação do público pesquisado com as redes sociais. Cada rede social podia ser selecionada se não era usada, usada pouco, médio ou muito.

Tiveram a maior avaliação de taxa de muito uso pelas pessoas:



Enquanto que 100% das pessoas disseram que não utilizam o Kwai, seguidas pelo Snapchat e Twitch, com 94% de taxa de não<sup>3</sup>. **Lembre-se que para todas as perguntas de qualificação em escalas, como esta era possível selecionar mais de uma opção.**

A pesquisa seguiu a mesma tendência das [redes sociais mais utilizadas](#) no Brasil em 2022. Podemos interpretar que o Instagram aparece na 1ª posição por ser uma rede social de imagens e, nos dias atuais, os conteúdos imagéticos (fotos e vídeos) são mais rapidamente consumidos se comparados aos conteúdos textuais.

O WhatsApp aparece na segunda posição, já que este é um aplicativo de mensagens instantâneas que revolucionou a troca de informações. Substituiu as mensagens de texto via



SMS para um envio gratuito e ainda oferece a possibilidade de envio de imagens, vídeos, áudios, ligação de voz e de vídeo, fazendo com que ele seja útil tanto no lazer quanto na rotina profissional.

Em terceiro lugar, temos o YouTube, que é uma plataforma de vídeos muito diversa, com foco em entretenimento e educação. Permite que o usuário ouça música, consuma conteúdos distintos ou acompanhe programações ao vivo. Muitos influenciadores se destacam também pelo YouTube por ser uma plataforma que permite vídeos de longa duração.

Dessa forma, conseguimos identificar um padrão de consumo on-line entre os participantes de consumir mais conteúdos visuais como fotos e vídeos. Esse achado pode ser útil para os tomadores de decisão no momento de escolher por onde disseminar conteúdos para este público.

Entretanto, sem abandonar o WhatsApp das estratégias de comunicação.

Porém, análises qualitativas identificaram o uso demasiado das redes sociais e internet com prejuízo à saúde mental dos participantes. Então, temos um paradoxo em nosso IEA. Apontamos a necessidade de maior representatividade e participação de pessoas negras LGBTQIAP+, assim como incentivo a políticas que fomentem o acesso significativo a internet, mas isso deve ser pensado com as pessoas no centro dessas decisões, para não estimular um processo adoeecedor entre elas.

<sup>3</sup> Instagram: 88% usam muito e 12% usam médio; WhatsApp: 82% usam muito e 18% usam médio; Snapchat: 94% não usam e 6% usam muito; Twitch: 94% não usam e 6% usam médio.



[...] Eu não tenho Twitter, é uma rede que eu desativei já há um tempo. O meu Facebook eu só ativei há pouquíssimo tempo também, mas as coisas geralmente chegam até mim pelo Instagram, que é a rede social que eu mais uso hoje em dia. Mas eu também gosto de entrar em sites, de ler as notícias principais dos sites e tem muitos sites especializados em fake news, né?!

#### Mulher Trans e Travesti - Grupo focal 5

[...] Eu tô fazendo um regime eletrônico, tô diminuindo o meu uso de celulares, tecnologias. Eu tô com uma média de duas horas por dia no celular. Eu fiquei sem Instagram, então propriamente, diretamente [...] é questão de saúde mental, de se proteger.

#### Homem Cisgênero Gay - Grupo focal 2



## Dispositivos móveis em alta

31% dos participantes declararam que usam exclusivamente dispositivos móveis para se informar (Tabela 4).

**Tabela 4:** Formas de acesso (dispositivos) a internet - Rio de Janeiro, 2022

Formas de acesso a internet	Quantidade
Computador pessoal ou Notebook	2
Dispositivo móvel (celular ou tablet)	43
Dispositivo móvel (celular ou tablet) e Computador do trabalho	8
Dispositivo móvel (celular ou tablet) e Computador pessoal ou Notebook	58
Dispositivo móvel (celular ou tablet), Computador pessoal ou Notebook e Computador do trabalho	26
Dispositivo móvel (celular ou tablet) e Dispositivo móvel de terceiros (outra pessoa)	2

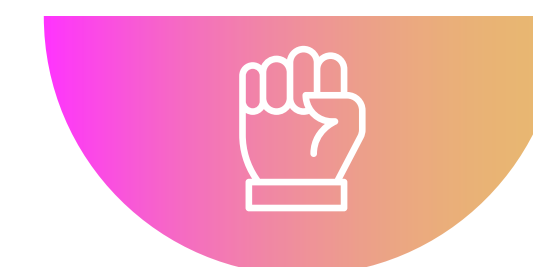
A respeito dos planos e redes utilizadas, as respostas se diversificam, com 22% afirmando que utilizam planos de dados móveis pós-pagos, juntamente com 22% com operadoras nacionais. Entretanto, é de fundamental importância destacarmos que existem 18% de respondentes que afirmaram acessar por redes das escolas ou faculdades e 13% que acessam apenas por dados móveis pré-pagos.

Esse segundo público, não tão minoritário, significa uma parcela da população que possui um acesso limitado e não significativo à internet, ou seja, um consumo ou produção de informação mediado quase exclusivamente a aplicativos sem taxa de consumo (*zero rating*), como WhatsApp, Facebook e Instagram.

## Conteúdo Sensível



# 5. IMPACTO DO DISCURSO DE ÓDIO ON-LINE E OFF-LINE



## Os entrevistados já sofreram violências?

Este tópico é um dos mais sensíveis deste IEA, pois se refere a violências sofridas por respondentes da pesquisa.

Caso considere como um tópico possível de gatilhos emocionais ou desencadeador de outros traumas, sugerimos que avance para o tópico seguinte.

Ao serem questionadas sobre as possíveis violências ou discriminações que já sofreram em suas vidas, recebemos 137 relatos diferentes, pois esta pergunta não era obrigatória. Desse total, 22 pessoas afirmaram que nunca sofreram nenhum tipo de violência ou discriminação por causa de sua identidade de gênero ou orientação sexual, o que configura apenas 16% das respostas.

**Isso indica que, 84% das pessoas já sofreram algum tipo de discriminação ou violência desse tipo, e a violência com maior percentual foi de ocorrência constante, ou seja 15% das pessoas afirmaram que sofrem esse tipo de violência de forma constante.**

Todas as possíveis respostas com quantidade e percentual estão disponíveis no Anexo 2, no final deste documento.

Todavia, quando questionadas sobre violência racial, as respostas revelam um quadro ainda mais alarmante. Por se tratar também de uma pergunta não obrigatória, obtivemos 138 respostas das mais diversas ocorrências, sendo que apenas 8 pessoas informaram nunca terem sofrido esse tipo de violência. Enquanto que a resposta mais frequente dos tipos de violências foi a de pessoas que informaram que sofrem desta violência de forma constante, sendo 34 pessoas selecionado esta opção, ou seja, 25%. Se somarmos as 8 pessoas que informaram nunca terem sofrido racismo, mas as 6 que marcaram que preferiram não responder, temos a informação que 128 pessoas já sofreram alguma forma de racismo, ou seja,

**9 entre cada 10 pessoas participantes relatam já ter sofrido violência racial.**

Todas as respostas coletadas, também encontram-se disponíveis no Anexo II.

Aqui, estamos apontando violências que se somam e se acumulam sobre corpos que as experimentam de múltiplas formas, de forma recorrente e por serem pessoas negras LGBTQIAP+. Essa incidência afeta esse grupo de pessoas em sua complexa identidade, e é base para tudo que discutimos até aqui. Se desdobra na ausência de pessoas negras LGBTQIAP+ no Ecosistema da Informação no passado e na sua perpetuação até os dias atuais, na desconfiança de receber notícias pelo governo que sempre as excluiu, e a um pertencimento ainda incipiente na política.



## Mídia, desinformação e violência

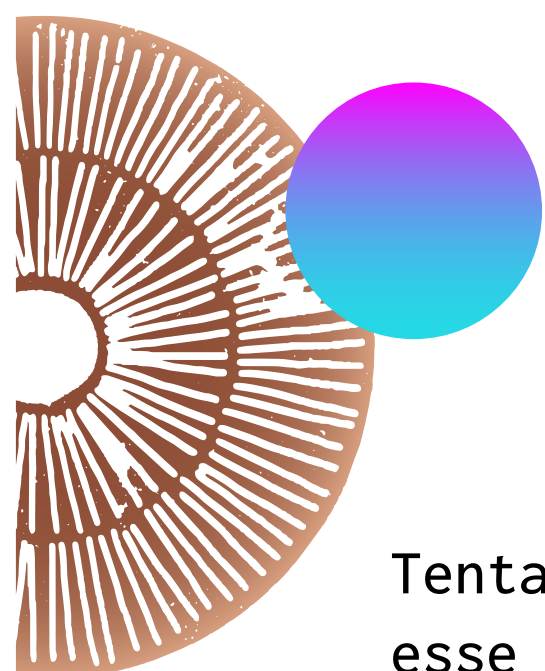
Quando questionadas se já haviam se sentido violentadas por influenciadores ou comunicadores, 43 pessoas afirmaram que sim (31%), sendo que dessas, 37 já passaram por essa situação mais de uma vez. **Apresentadores da Rede Record e Bandeirantes, bem como o apresentador e proprietário do SBT, Sílvio Santos, foram mencionados mais de uma vez pelas pessoas entrevistadas.**

Quando a gente olha, por exemplo, pros programas policiais que são esses Balanço Geral, Cidade Alerta, sempre tem uma chacina em alguma favela, vai ter lá um Sikêra Júnior da vida, [...] falando que tem que matar mesmo, que tem que atirar na cabeça dessas pessoas. Com as TVs, as emissoras de radiodifusão são concessões públicas [...] e chamar a população LGBT de raça desgraçada [...] nessas grandes emissoras é como isso vem sendo construído há muito tempo.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Representante do coletivo Intervezes (Entrevista)**

Todas as notícias que a gente vê são notícias que abalam a gente e que momentos que você precisa fazer isso pela sua sanidade mental, então vou me alienar um pouquinho porque está muito difícil lidar com a realidade.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Grupo focal 2**



Tentam colocar a gente, reforçar esse lugar, tipo marginalizado, sabe. Como se é uma travesti, ela vai estar atrelada sempre à pista de prostituição. Obviamente também existem as pessoas que vivem nessa marginalização justamente por ter por falta de acesso ou por sobrevivência. Mas eu acho que tipo são narrativas que nós podemos criar e às vezes nós não temos nem direito de criar a nossa narrativa. Sempre as pessoas criam narrativas em cima da gente.

**Mulher Travesti - Grupo focal 5**

No Brasil, os canais de mídia são concessões públicas e, para concorrer a uma licença de transmissão no Brasil, a empresa ou o empresário deve ter no mínimo 70% de seu capital em mãos de acionistas brasileiros e deve aderir a um limite de controle de no máximo dez estações em todo o território nacional, no máximo duas por estado e cinco estações UHF (não entram na conta as retransmissoras (DEURSEN, 2019). O funcionamento da rede de televisão baseia-se na divisão de tarefas entre três tipos de estações: geradoras, ramais e retransmissoras. Todos exigem licença da Anatel para produzir e transmitir programas de televisão, embora geralmente apenas os primeiros sejam de propriedade das principais emissoras (Globo, SBT, Bandeirantes, etc.). Afiliadas e retransmissoras são empresas independentes que, tendo obtido uma licença, unem forças com uma emissora para levar suas emissões a locais fora do alcance do sinal das geradoras. Algumas emissoras têm apenas um gerador que produz todo o conteúdo nacional (por exemplo, novelas e programas de notícias convencionais) (DEURSEN, 2019). Esse ciclo de ferimento da legislação e dos direitos humanos das pessoas negras LGBTQIAP+ constrói umecossistema violento e não democrático.

**Por mais que a maior parte das pessoas não relataram essa violência na mídia, a maior parte das pessoas não se sentem representadas pelos canais de telecomunicação e seus atores (60%).**

Se considerarmos que o apagamento e a não representatividade pode ser uma forma de violência sutil e silenciosa, temos uma grande violência contra pessoas negras LGBTQIAP+ em geral.



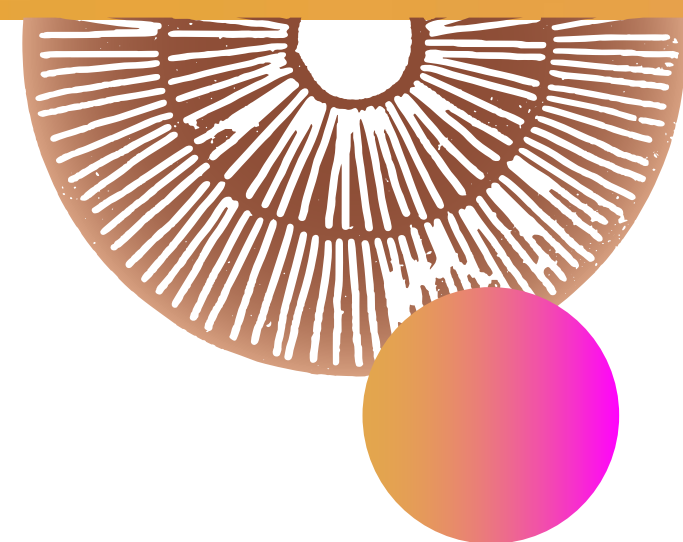
Eu sou graduada em rádio e TV, o fato de não querer também trabalhar nessa área, a gente vê poucos movimentos sócio culturais sendo falado nas mídias, né? A gente vê pouco disso chegando às pessoas também. E aí a gente percebe o quanto tem gente também nesse processo de desinformação.

**Mulher Transexual e Travesti - Grupo focal 5**

Porém, existem casos, pessoas da mídia que vão na contramão desse movimento e são apresentadas pelas pessoas como sinais de representatividade negra LGBTQIAP+.

Por fim, mas não menos importante, existe uma alta porcentagem de pessoas que já receberam conteúdos contendo desinformação.

**61% das pessoas já receberam algum tipo de desinformação, sendo mais recorrente para conteúdos relacionados a pessoas LGBTQIAP+.**



Teve uma vez que publiquei uma coisa em um grupo que é contra os tipos de minorias. E eles jogaram no meu Instagram e tudo mais. Eu tive que sumir de todas as minhas redes sociais, me acusaram de ser pedófilo, de ser abusador de crianças menores e tudo mais e eu acho que foi essa foi a principal [...].

**Homem Intersexo - Liderança política Intersexo do Rio de Janeiro**

As fake news que são usadas hoje relacionadas às pessoas pretas e LGBTQIA+ trabalham de acordo com o que é o Brasil com as pessoas pretas e LGBTQIA+, né? Pessoas trans são marginalizadas, pessoas trans são excluídas, pessoas trans são taxadas de ladras, de prostitutas, pessoas trans são marginalizadas e de não ter moral familiar, ou seja, eles só pegam aquilo que historicamente o Brasil criou das nossas imagens e produzem fake news contra a gente, assim faço um combate às fake news também é o combate à transfobia e ao racismo estrutural.

**Mulher Travesti - Candidata à deputada estadual pelo PSOL**

Surgiu também muita fake news sobre o quanto essas pessoas, sei lá, não sabiam gerir o dinheiro público ou o quanto elas não tinham um bom caráter. Foram vários níveis, né, de violência não só nesse sentido de ameaçar a vida da pessoa, mas também a imagem pública dessa pessoa.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Grupo focal 1**

Ressaltamos que, de acordo com as falas, os participantes se referem a discurso de ódio e desinformação como únicos. Entretanto, não podemos afirmar que existe uma ausência de conhecimento sobre a temática, e sim que essas duas violências estão intrinsecamente ligadas, na percepção de pessoas negras LGBTQIAP+ no Rio de Janeiro.

## 6. DESINFORMAÇÃO, POLÍTICA ELEITORAL E DISCURSO DE ÓDIO

Tão recorrente como as violências de gênero e de raça, **o contato com o discurso de ódio foi relatado por 81% das pessoas respondentes.** Quando questionadas sobre onde **ou quem tinham presenciado realizando discurso de ódio, as menções mais recorrentes se referem a Jair Bolsonaro, bolsonaristas e redes sociais,** como mostra o Gráfico 8.



Segundo a [Justiça Global e Terra de Direitos](#) (2022), “foram registrados 163 assassinatos e atentados contra os agentes políticos, 151 ameaças, 94 agressões e 106 ofensas, além de casos de invasão e criminalização. Um número considerável de casos está concentrado em 2022, que antes mesmo do início do período eleitoral registrou mais casos que o ano de 2021 inteiro”. O estudo constata que em 2022 houve um aumento de 400% da violência eleitoral se compararmos com 2018, ano da última eleição presidencial no Brasil.

Ao analisar a pesquisa anterior, o [Alma Preta Jornalismo](#) (2022) publicou que “bolsonaristas são os maiores agressores contra candidatos e eleitores da oposição”. Essas violências são direcionadas tanto aos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) e às legendas que compõem a coligação quanto aos eleitores dessas candidaturas. Entretanto, na última campanha, o partido de Jair Messias Bolsonaro, o PL, também apresentou [sete denúncias](#) de discurso de ódio e propaganda antecipada contra o PT, que posteriormente foram [recusadas pelo TSE](#).

**A maioria das pessoas sentem que o discurso de ódio aumenta no período eleitoral (54%).**

Lembramos que este IEA foi realizado justamente durante as eleições para deputados, senadores, governadores e presidente. Isso pode ter influência nas altas proporções de violências citadas, desinformação e discurso de ódio.

De acordo com levantamento realizado pela [Safernet](#), os crimes de xenofobia, intolerância religiosa e misoginia cresceram 39,3% entre 2021 e 2022. As denúncias específicas de LGBTQIAP+fobia recebidas pela plataforma aumentaram

**Gráfico 8:** Nuvem de palavras com os nomes dos emissores de discurso de ódio



51,9% no mesmo ano. Esse aumento da violência tem se tornado constante nos anos eleitorais e esses dados são utilizados para chamar atenção aos emissores.

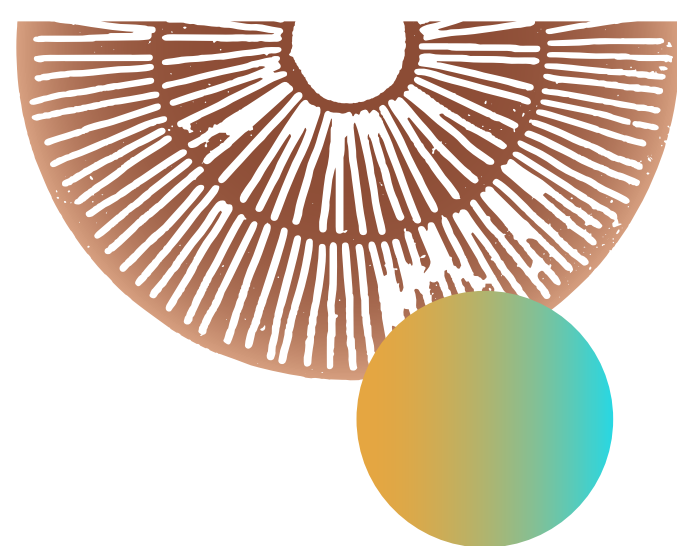
Muitos autores e especialistas atribuem esse aumento ao bolsonarismo, que é um fenômeno político, ideológico e cultural com adesão de 20% da população brasileira (RENNÓ, 2022). Como princípio básico, tem os valores conservadores relacionados ao cristianismo, com uma retórica crítica à esquerda e em defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade privada.

Importante frisar que o bolsonarismo, ou as pessoas que chamamos de bolsonaristas, não são todos os eleitores de Jair Bolsonaro, mas aquela base mais fiel e ferrenha na defesa dessas pautas. Esse grupo também ficou conhecido como negacionista na pandemia de Covid-19 e responsável pela proliferação de [desinformação sobre as vacinas](#) e sobre [medicamentos sem eficácia](#) comprovada no combate à doença.

Não foi muito diferente durante as eleições de 2022, quando falas de candidatos adversários a Jair Bolsonaro e a seus aliados foram distorcidas em vídeos, pesquisas de intenção de votos enviesadas foram veiculadas, ao mesmo tempo em que órgãos de pesquisas oficiais como IPEC e Datafolha eram descredibilizados.

A imprensa também foi um grupo que sofreu hostilidades por parte do Governo Bolsonaro e seus aliados. A ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – registrou [37 ataques](#) a jornalistas após as eleições do 2ª turno presidencial de 2022, e as violências foram tanto físicas quanto verbais.

Após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, uma parcela desse grupo bolsonarista ainda acredita em um golpismo. Ao olharmos alguns quartéis de algumas cidades, é possível presenciar acampamentos de bolsonaristas reivindicando intervenção militar ou exigindo a anulação das eleições. Portanto, vemos que mesmo com a saída de Jair Bolsonaro, essa reação conservadora irá permanecer na sociedade brasileira, e poderá se transferir para outra figura autoritária e conservadora.



Tipo, a gente vê que a pauta conservadora e de costumes é a pauta que mobiliza essa base mais ferrenha do bolsonarismo, por exemplo, é uma pauta de ataque à população LGBT e às mulheres diretamente. É pauta de controle dos corpos das mulheres, pauta de controle dos corpos LGBTs [...]. E aí, quando a gente está falando de um discurso de ódio, quem são os odiados, né? Os odiados somos nós! Os odiados são a população preta, a população de favela, são as mulheres, é a população LGBT, principalmente as pessoas trans [...].

**Mulher Cisgênero/ Lésbica - Representante do Coletivo Intervezes**

Na opinião das pessoas respondentes, são justamente as pessoas negras e LGBTQIAP+ que mais sofrem as consequências desse cenário (Gráfico 8). Mais uma vez, alertamos que, a seguir, reproduziremos relatos de episódios de discurso de ódio sofridos.

Amparados na definição do [Senado Federal](#), consideramos como discurso de ódio os episódios de violência verbal que incitem discriminação de raça, gênero, orientação sexual e sexualidade. Tais agressões verbais *on-line* ou presenciais também são vistas na mídia, com falas racistas e LGBTQIAP+fóbicas e têm grande impacto ao se pensar o papel educativo e de propagação desses canais.

Em dezembro de 2022, a filósofa feminista negra Djamila Ribeiro publicou um texto em sua [coluna na Folha](#) que é carregado de discurso de ódio a pessoas trans. Ao afirmar que “homens trans não são pessoas que gestam e menstruam, são sujeitos políticos”, a intelectual reduziu a existência de homens trans a um contexto político e ainda compartilhou desinformação, já que homens trans podem menstruar e gestar, assim como algumas pessoas intersexo e não binárias.

Falas como a de Djamila provocam esvaziamento sobre pautas tão caras às populações que já são marginalizadas pelo Estado, como é o caso de homens trans. Outra evidência que o texto da autora confere é que pessoas negras, como é o caso dela, e pessoas LGBTQIAP+ também podem reproduzir discursos de ódio e outras formas de violência.

A maioria das vezes que eu estava em algum lugar e que eu sofri algum tipo de ataque de transfobia [...] eu estava com o meu namorado e a gente sofreu algum tipo de ataque, eram de pessoas pretas também. Então, tipo assim, é algo a se pensar, sabe? Que obviamente são pessoas que sofreram também, né, que passaram por esse tipo de constrangimento. E a gente cai numa numa cadeia, de um processo que só vai girando. Como a gente consegue mudar isso?

#### **Mulher Transexual e Travesti – Grupo focal 5**

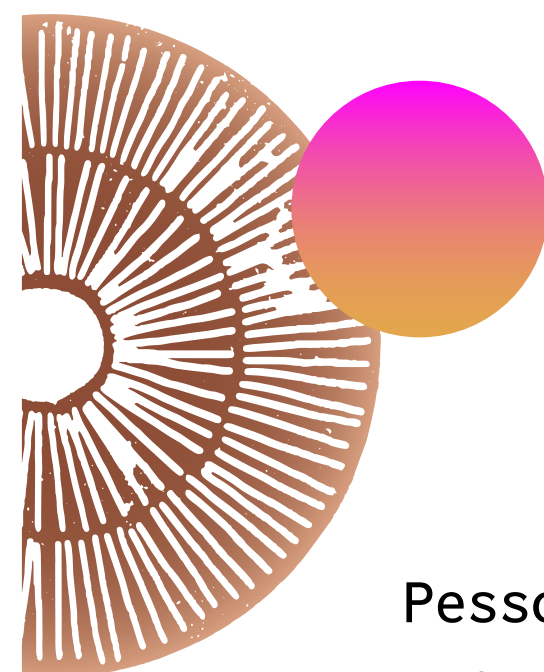
Frente à desinformação no texto de opinião de Djamila Ribeiro, o intelectual e ativista social Leonardo Morjan Britto Peçanha, pesquisador assistente da presente pesquisa e um dos influenciadores que mais vezes apareceu entre as referências daquelas pessoas que responderam o questionário, [publicou artigo](#) junto à pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus que busca reparar danos causados pela coluna da feminista, apontando a gravidade que a desinformação pode gerar. “Homens podem engravidar. Homens trans que gestam recorrem ao suicídio após serem submetidos a um pré-natal precário, tendo que lidar com a ausência de políticas públicas e violência institucional”.



## Como ocorre o discurso de ódio

Entre as pessoas que responderam o questionário, 67% relataram já terem sido vítimas de discurso de ódio, a maioria de formas apenas *on-line* (15%), e 7% apenas presencial; enquanto 45% já sofreram o discurso de ódio das duas formas.

A relação do discurso de ódio com a sexualidade mostrou uma relação maior de pessoas heterossexuais relatando essa ocorrência ocorrendo mais de forma *on-line*, enquanto que pessoas bissexuais relataram maior proporção para os ataques presenciais ou de ambas as formas (Gráfico 9).



Pessoas negras LGBTQIAP+ não têm segurança de estar nesses lugares devido ao racismo e à transfobia. Eu já fui vítima de discurso de ódio, de transfobia, de racismo, as revistas policiais... são algumas violências, ainda mais depois que eu fiz a mastectomia. Peguei pra mim, por exemplo, pela minha seguridade, não andar mais de transporte público. A maioria das pessoas transmasculinas que eu conheço hoje e pessoas pretas não andam mais de transporte público.

**Homem transexual - Liderança política de homens trans no Rio de Janeiro**

Como mencionado na seção sobre os grupos focais, exibimos três vídeos que apresentam notícias e casos de discurso de ódio. No decorrer da dinâmica, os vídeos que mais chamaram a atenção das participantes foi um [reels publicado pelo artista negro Yuri Marçal](#) em sua conta

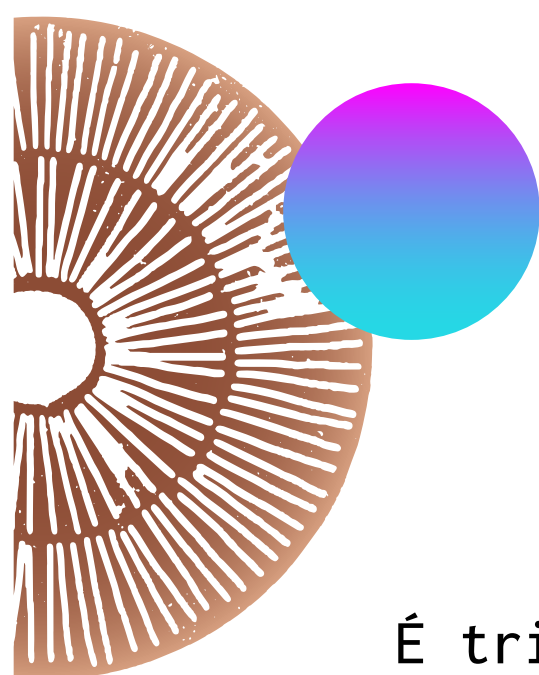
no Instagram, dias antes da eleição do segundo turno. No conteúdo, o comediante, que vinha se posicionando contra a reeleição de Jair Bolsonaro, aparece de semblante chateado comentando que iria deixar de se posicionar, pois sua noiva, a também artista negra Jeniffer Dias, estava sofrendo ameaças de bolsonaristas.

Outro vídeo que foi bastante comentado pelas participantes dos grupos focais, foi uma matéria do Alma Preta no Twitter sobre as [constantes declarações de racismo religioso de Michelle Bolsonaro](#), esposa de Jair Bolsonaro. A então primeira dama utiliza redes sociais para promover discursos de ódio contra religiões de matriz africana, e esse vídeo que foi compartilhado em seu *stories* do Instagram demarca como as redes sociais são usadas para a propagação de ódio e desinformação, até mesmo por pessoas que deveriam incentivar o combate a essas violências.



As pessoas pregando o ódio em nome de Deus que tanto eles falam que pregam o amor.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Grupo focal 4**



É triste porque muitas pessoas pregam o ódio em nome de um deus. Se você é diferente de mim, se você tem uma maneira de pensar, agir, de amar, eu estou contra você, eu te odeio.

**Homem Cisgênero Gay - Grupo focal 4**

O sentimento de ter sua fé sendo alvo de ofensas, discriminação, depredação e ódio [é bastante comum no Brasil quando se trata de religiões de matriz africana](#). Terreiros são depredados, pessoas violentadas e até mortas no que se entende como [racismo religioso](#), já que o racismo, como sistema de poder (TURE, 2017), tem diversos tentáculos, incluindo o religioso/espiritual que hierarquiza religiões, colocando as religiões cristãs como hegemônicas devido aos [processos de colonização e escravização](#). Os canais para tais violências são as redes sociais, mas também o cotidiano nas ruas, trabalho, escola e etc, já que adeptos a essas religiões são coagidos até mesmo pelo Estado que, mesmo devendo ser laico, privilegia o cristianismo. Sendo assim, a atmosfera brasileira é de ódio e perseguição contra essas crenças e seus praticantes.

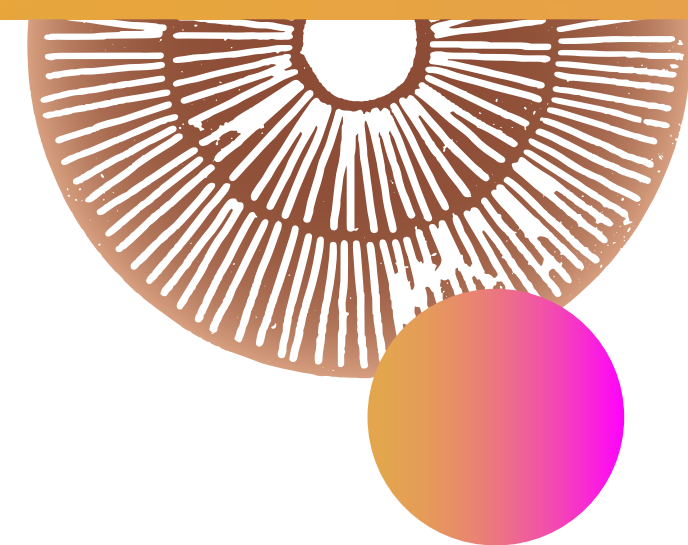
[Segundo apurou o Safernet](#), no ano eleitoral de 2022 houve um avanço de 67,5% nas denúncias de crimes de ódio na internet durante o primeiro semestre do ano, [sendo que a causa de intolerância religiosa foi a que mais cresceu](#), estando na marca de 522% comparado ao ano eleitoral de 2020. O termo intolerância religiosa é o mais utilizado quando há ofensas, discriminação e demais violências contra religiões de terceiros. Entretanto, os recorrentes casos de desrespeito, característica da intolerância religiosa, é visto de maneira preponderante para religiões de matriz africana, como os candomblés e umbandas. Essa prática é crime no Brasil, enquadrada na Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei n.º 9.459, de 15 de maio de 1997.

Culturalmente, as religiões de matriz africana são mais acolhedoras e receptivas com pessoas LGBTQIAP+, [como coloca o Babalorixá Rodney William](#). Ele aponta que a perseguição sofrida pelos povos de matriz africana faz

com que seus territórios saibam acolher pessoas que, de alguma forma, foram marginalizadas: “A própria condição do negro na sociedade nos ensinou que a união de todos aqueles que são discriminados é uma estratégia de resistência.”

Com isso, podemos entender que religiões como candomblés e umbandas também são procuradas por pessoas LGBTQIAP+ para escapar das violências propagadas por outras religiões, para se protegerem, mesmo que essas religiões não sejam totalmente letradas em raça e sexualidade, especialmente em gênero, podendo também proferir discursos que sejam intolerantes.

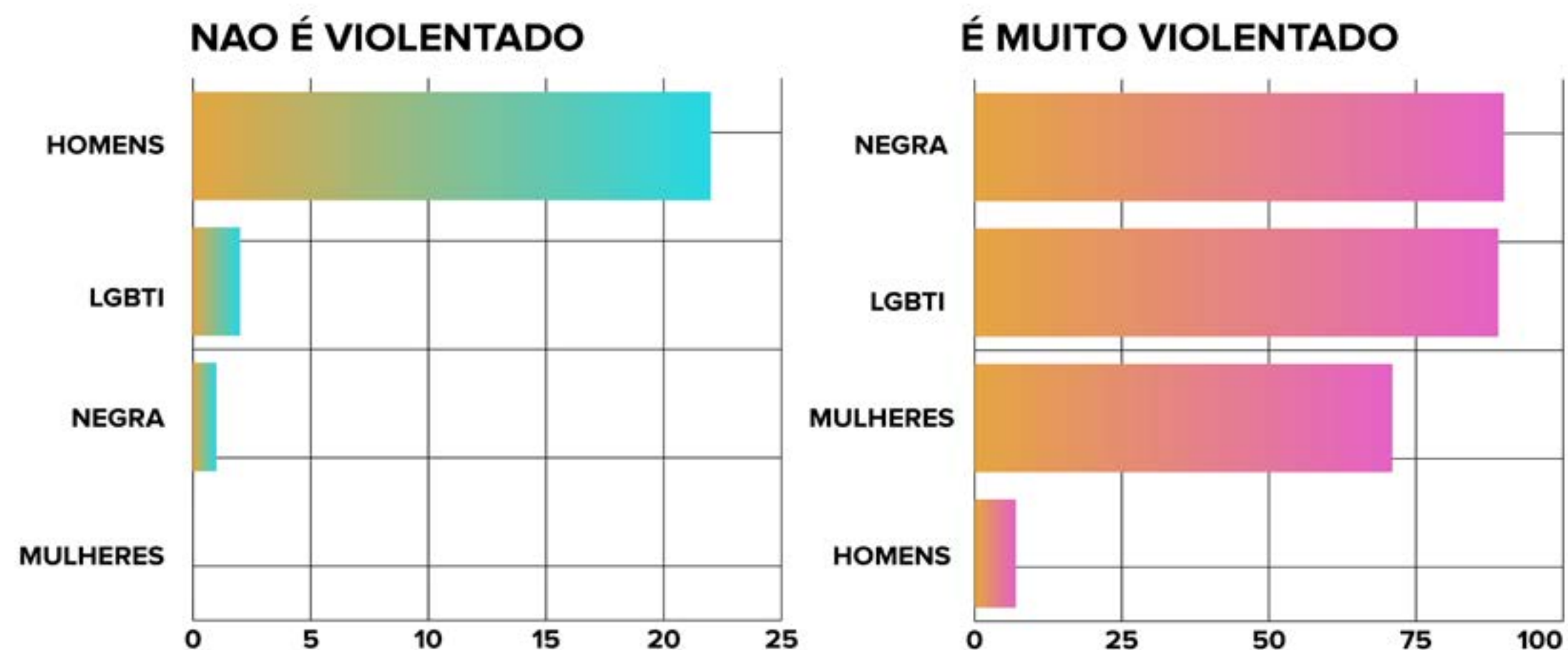
Outro viés do racismo é a invisibilidade acerca de suas identidades complexas, plurais e também singulares. Essa opressão enquanto característica do Ocidente tende a ver pessoas negras, incluindo as pertencentes à sigla, como únicas, sem humanidade e especificidades. Em relação às pessoas negras LGBTQIAP+, bissexuais são acometidas pela invisibilidade sobre sua sexualidade, pois quando se relacionam com pessoas de outro gênero, são colocadas como heterossexuais, o que também é uma violência.



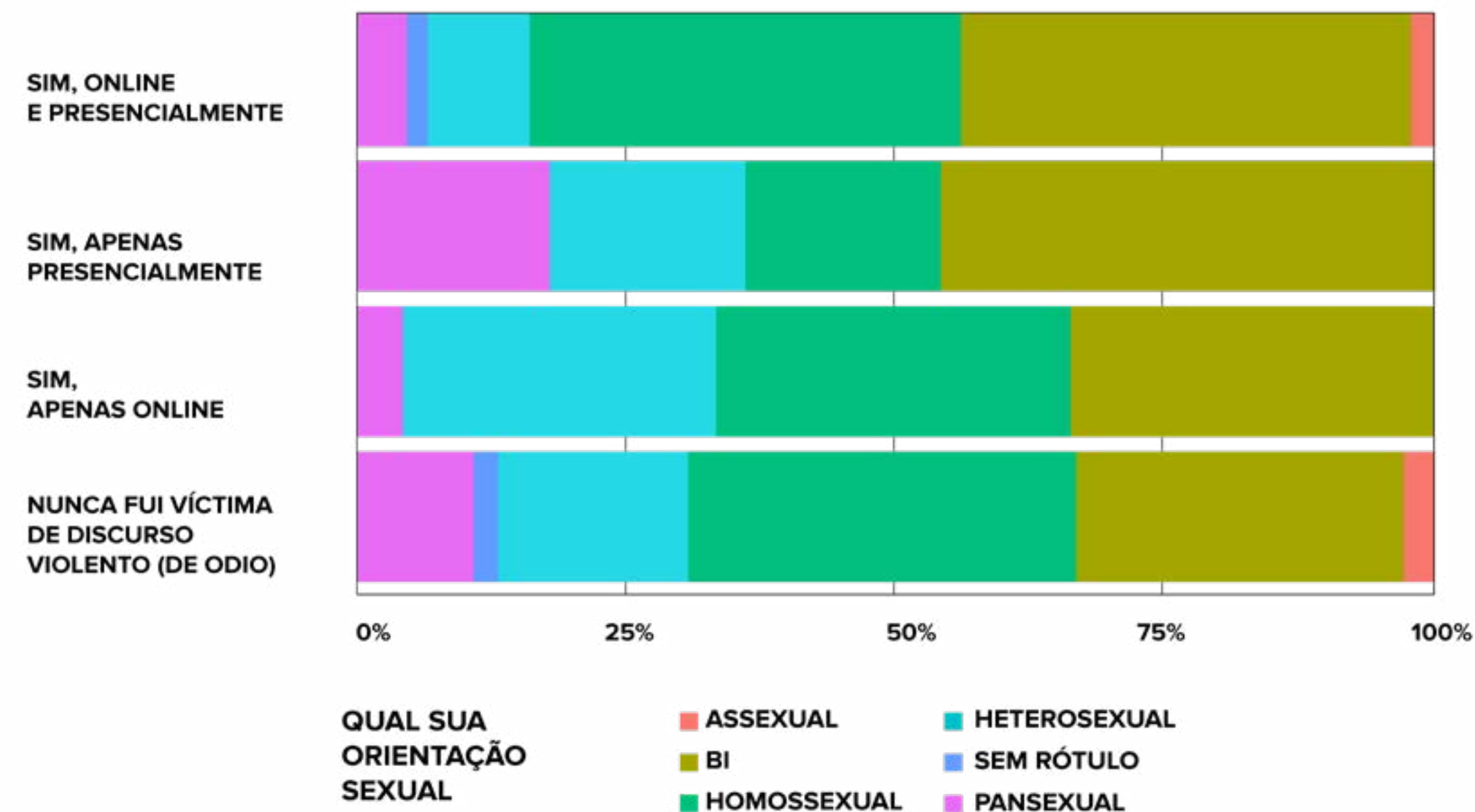
[...] Eu tinha muita dificuldade, já me entendi bissexual, por exemplo, hoje eu me entendo lésbica. As pessoas não conseguiam compreender a minha bissexualidade pelo fato de eu ter uma filha, por exemplo. Eu tentei organizar uma setorial no meu partido, mas alguns companheiros tinham muita dificuldade de conseguir compreender isso. Então esses espaços, às vezes de militâncias e de organização, conseguem também afastar a gente desses processos. Eu ouvi de companheiros gays que eu era bi de balada.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Assessora de Deputada Estadual - PSOL**

**Gráfico 8:** Quantidade de pessoas que não são violentadas ou que são muito violentadas - Rio de Janeiro, 2022



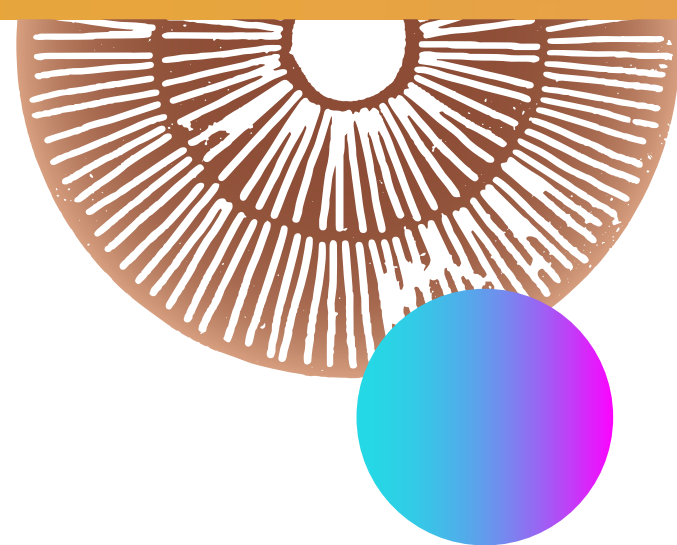
**Gráfico 9:** Como as vítimas de discurso de ódio experimentaram essa violência por orientação sexual - Rio de Janeiro 2022



Além do alto índice de contato e de vítimas do discurso de ódio entre as pessoas participantes da pesquisa, 35% das pessoas informaram que o discurso de ódio está muito presente em suas vidas (Tabela 5).

**Tabela 5:** O contato com discurso de ódio - Rio de Janeiro, 2022.

Contato com discurso de ódio	Quantidade
Muito presente em minha vida	48
Não considero que esteja presente em minha vida	19
Pouco presente em minha vida	72



Foi a eleição que eu mais me senti realmente com medo do que poderia acontecer no futuro se o presidente, tirado, graças a Deus, continuasse. Eu me senti muito ameaçada quando eu fui votar e ver as pessoas utilizando a nossa bandeira como um símbolo político.

#### Mulher Cisgênero Pansexual - Grupo focal 4

É tipo uma amiga minha que sofreu uma repressão de uma menina dentro da sala de aula por transfobia e ela falou: “nossa, a gente tinha um grupo antes da pandemia, e agora essa retensão está aumentando por conta dessa questão política”. Eu percebo que dentro da universidade eu estou muito esquivada, e dentro do meu território eu já estou mais em casa do que saindo.

#### Mulher Transexual - Grupo focal 2

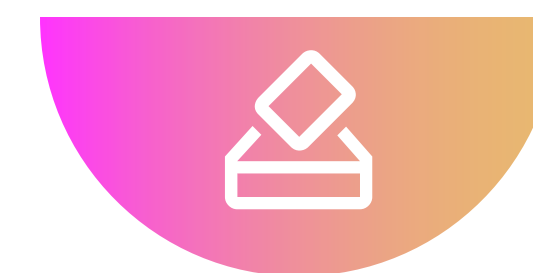
Eu recebi ameaças de mortes também. E por um lado, a gente vive a lesbofobia institucional dentro do campo da esquerda. Eu gostaria de enfrentar essa indústria de armas, mas a gente sabe que nessa indústria estão os mais ricos e poderosos, não está na favela e nem na periferia. E aí, quando eu começo a fazer muito esse debate, eu começo a receber ameaças de morte pelo Twitter [...]. O componente racial com certeza foi o que amplificou a lesbofobia. O que aparece primeiro é o componente da raça.

#### Mulher Cisgênero Lésbica - Candidata à Deputada Federal pelo PT

Só de, tipo, ter pessoas trans pretas já é um tipo ameaça e uma pessoa preta trans num local de autoridade causa muita raiva [...]. A Benny Briolli tinha que andar com o carro blindado, sabe? Eles não aceitam que a gente esteja nesses lugares, sabe?

#### Mulher Travesti - Grupo focal 5

É importante mencionar que as redes sociais, principalmente o Twitter, aparecem de forma recorrente como canais de propagação do discurso de ódio. Muitas organizações e grupos políticos têm construído estratégias de segurança digital e integral para prevenir principalmente candidatas mulheres negras de serem vítimas recorrentes desse tipo de crime. Entretanto, a responsabilidade desse enfrentamento ao discurso de ódio não deve recair sobre as cidadãs brasileiras. É preciso avançar em legislações que possuam uma melhor moderação de conteúdo, regular as plataformas e criar mecanismos de compensação e investigação eficazes que amparem estas pessoas.



## Política eleitoral e participação negra LGBTQIAP+

O contexto de alta violência diagnosticado neste IEA afetou a participação de negros LGBTQIAP+ no processo eleitoral, dado que houve sujeitos que afirmaram não terem tido vontade de ir votar, frente aos diversos ataques que uma parcela da população sofreu, sobretudo negros e LGBTQIAP+. No estado do Rio de Janeiro, o segundo turno foi apenas para presidente da república. Segundo dados colhidos através do questionário quantitativo, 94% das pessoas informaram que votaram no primeiro turno. Enquanto nos grupos focais e entrevistas o medo de votar e manifestar-se politicamente foi evidenciado e o pavor da violência física, sexual e psicológica também presentes.

No questionário, tivemos um total de onze pessoas que informaram não terem ido votar ou que não votaram em todos os cargos da eleição.

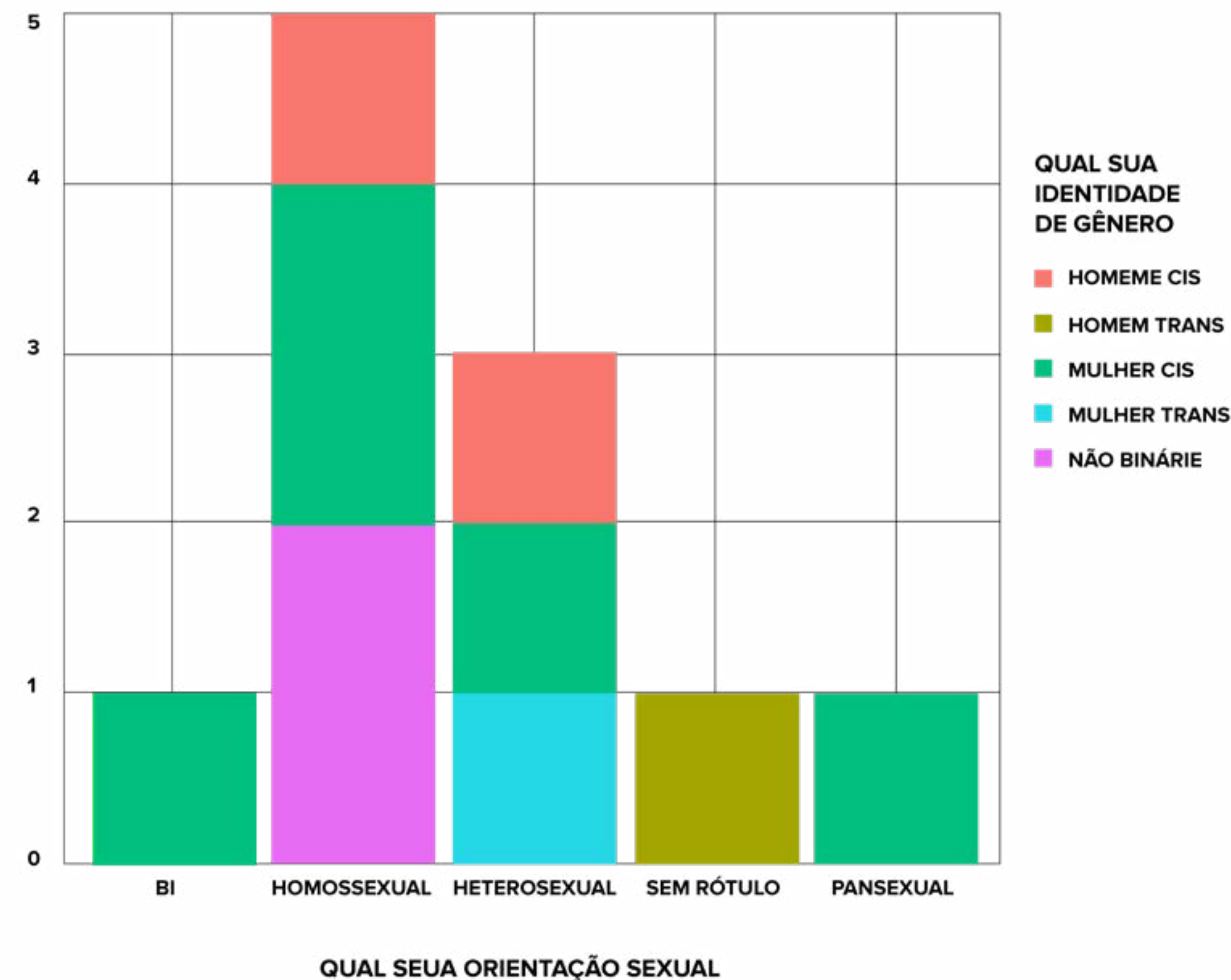


[...] Com dezesseis anos eu tirei meu título, e disse que eu nunca ia sair da minha casa pra votar, porque sempre falei que político nenhum me representa, porque pra mim o Brasil é uma porcaria. Falei isso, né? Mas isso com dezesseis anos. Agora, eu fiquei pensando assim, não vou brigar com ninguém da minha família por causa da política, que a política vai passar. Porém, eu tenho na minha família três pessoas negras que é minha prima, o esposo dela e a filha dele saindo de casa assim, rindo e comemorando, cantando, falando que ia lá votar no Bolsonaro.

#### Mulher Cigênero Pansexual - Grupo focal 3

O percentual de contato com discurso de ódio deste subgrupo foi o mesmo do grupo em geral (81%), porém pessoas homossexuais foram mais predominantes neste subgrupo que não participou de forma completa no primeiro turno eleitoral (Gráfico 10).

**Gráfico 10:** Orientação sexual e identidade de gênero das 11 pessoas que não participaram efetivamente do primeiro turno das eleições - Rio de Janeiro, 2022.



Por fim, 65% das pessoas informaram que votaram apenas em candidatas(os) que declaram ou percebem que se importam com as pautas concernentes às pessoas negras LGBTQIAP+ (Tabela 6).

**Tabela 6:** Em quem as pessoas da pesquisa votaram no primeiro turno relacionada a pautas negras LGBTQIAP+ - Rio de Janeiro, 2022

Perfil dos candidatos votados por causas negras LGBTQIAP +	Quantidade
Sem resposta	5
Mais ou menos, alguns eu considero que se importam e outros não	29
Não, eu não voto em candidatos que se importam ou pautam propostas para pessoas negras LGBTQIAP+	1
Não, não considero que nenhum candidato se importe com as pessoas negras/LGBTs	1
Sim, votei apenas em candidatos que considero se importarem com a população negra/LGBTI	91
Sim, votei apenas em candidatos que POSSUEM PAUTAS voltadas para a população negra LGBTI	5
Sim, votei apenas em candidatos que SÃO voltadas para a população negra LGBTI	7

Eu ficaria muito mais confortável se fosse um homem trans ou uma travesti nesse local que eu sei que as políticas seriam pro nosso povo, mas é isso... O Lula não era uma pessoa trans, sabe? Quero dar esse voto de confiança, só de ter tirado Bolsonaro já é uma vitória. Eu acho que pra muitas pessoas essa eleição não é nem sobre quem levou sabe? É quem tiramos.

#### Mulher Travesti - Grupo focal 5

**O cenário das eleições foi destaque em nossa pesquisa. Dos entrevistados, cinco pessoas são ligadas diretamente à política partidária e eleitoral.**

Um deles, candidato a Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, coloca que o racismo foi registrado durante sua campanha. Infelizmente, ele não é o único a fazer esse apontamento. Todas as pessoas entrevistadas pela categoria políticos dizem que o racismo é um demarcador social que afeta de maneira drástica seus trabalhos, especialmente quando esses abordam as pautas de raça e sexualidade.

Segundo as pessoas ouvidas nos grupos focais e entrevistas, o discurso de ódio é muito perceptível nas ruas, quando

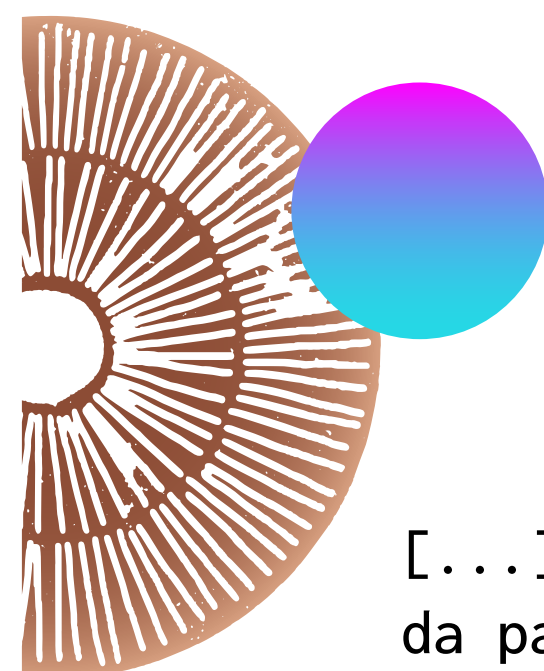
essas pessoas fazem atividades cotidianas como ir à universidade, trabalho ou lazer. A atmosfera do ódio, da polarização entre esquerda e direita, Lula e Bolsonaro, progressistas e conservadores fornece uma dilatação nos ânimos de algumas pessoas, sendo que algumas se sentem no direito de perseguir quem queira; outros, de fugir e recuar frente à dinâmicas do medo, como ocorreu um dia antes do segundo turno das eleições de 2022, quando a deputada federal Zarla Zambelli, do mesmo partido de Bolsonaro, PL, [perseguiu um homem negro nas ruas de São Paulo](#) o acusando de agressão, mesmo que as imagens do ocorrido apontassem o contrário. Esse episódio tomou uma grande proporção devido ao racismo escancarado em que uma mulher branca institucionalizada politicamente se sente autorizada a portar arma de fogo, no dia era proibido frente à proximidade das eleições, e disparar contra um homem negro e ainda o xingar, fazendo alusão à comunidade LGBTQIAP+.



Outros canais de propagação de ódio são as redes sociais, como o Twitter e Instagram, onde as pessoas se sentem livres para desumanizar um grupo devido aos seus ideais.

Em alguns casos, essas violências virtuais tomam proporções maiores, podendo chegar a ofensas que degradam a saúde física e mental dessas pessoas. **O terror vivenciado por políticos, assessores e eleitores pode ser uma barreira para o diálogo entre as partes.** Pessoas que defendem as pautas negra, LGBTQIAP+ e outras, como as das mulheres e crianças, são vistas como corpos políticos que devem ser eliminados para a preservação de ideais conservadores, racistas, LGBTQIAP+fóbicos e desumanizadoras de maneira geral.

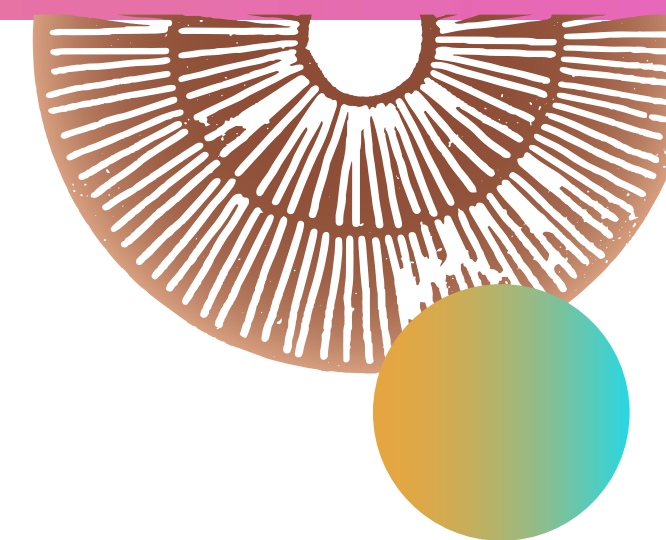
Ao decorrer desta pesquisa, compreendemos que os discursos de ódio são mais praticados por apoiadores de Jair Bolsonaro, em relação àqueles que podem se encaixar nas pautas da esquerda. Porém, o racismo e a LGBTQIAP+fobia também são notados em discursos proferidos por pessoas que defendem pautas progressistas, é o caso da vereadora Verônica Lima (PT), mulher negra cisgênera lésbica que, [segundo coluna](#) da política e jornalista negra lésbica Camila Marins, sofreu machismo, racismo e lesbofobia de Paulo Eduardo Gomes, político do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Outro fato importante a ser mencionado diz respeito [à falta de representatividade na composição de chapa Lula e Alckmin](#). Em foto postada no Instagram de Lula, a imagem mostra uma maioria escancarada de homens brancos, sendo que das dezenove pessoas da foto, somente duas são mulheres, entre elas a esposa de Lula. Não há pessoas negras na imagem.



[...] quando a gente vai tratar da pauta de gênero, negritude e LGBT, nossos corpos são muito políticos, né? Acho que isso inclusive vai forjando a gente pra militância ou não [...]. Por exemplo, eu me vi bissexual desde os 12 anos de idade. E no Colégio Pedro II me vi pela primeira vez sofrendo [...]. E aí esse processo, inclusive, é o que forja hoje e vai pra várias situações em si.

**Mulher Cisgênero Lésbica - Assessora de Deputada Estadual reeleita (PSOL)**

A atmosfera de terror foi permeada por discurso violentos de ódio, assim como demonstra uma interlocutora ouvida na categoria lideranças políticas, mas que compõe organização de mulheres negras que almejam estar mais inseridas na política partidária, alicerçando campanhas. Ela coloca que um dos filhos do atual presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL) também impulsionou tal ação de desinformação e discurso de ódio.



A gente teve dois episódios em que as contas foram hackeadas. Um deles extrapolou o ambiente virtual e essa articuladora pensou em se mudar de estado, [foi] uma violência racial e religiosa, porque essa mulher é uma mulher de axé, e ela participou de uma mesa de conversa sobre a questão religiosa nas eleições. E ela foi atacada, perseguida, e não só ela como familiares dela, o Flávio Bolsonaro compartilhou o recorte do vídeo, porque eles são desonestos, né? Fazem recortes, colocam de forma descontextualizada, juntaram uma parte de uma fala dessa nossa articuladora com uma fala da deputada Benedita da Silva, uma mulher negra evangélica [...] e deram a entender que são pessoas que são contra as religiões, que querem acabar com o cristianismo no Brasil.

**Mulher Cisgênero Bissexual - Cientista política e coordenadora de um importante movimento político de mulheres negras**

A contínua prática de discurso de ódio propagada em meios políticos afasta pessoas negras LGBTQIAP+ desse meio.



Eu assisto à TV Senado às vezes no YouTube. Não sei porquê. E eu estava assistindo à CPI da Covid e eu fiquei muito mal assistindo pela violência política que aconteceu com algumas senadoras que se posicionaram pelas coisas que foram descobertas, pelas coisas que eles tentaram encobrir.

**Mulher Cisgênero Lésbica -  
Grupo focal 3**

Essa comentada atmosfera do terror é perceptível aos olhares de negros LGBTQIAP+. Um participante do Grupo focal 2, um homem cisgênero gay, aponta que fez um detox das redes sociais neste período de eleições, evitando o uso do aparelho celular para não ter contato com o discurso de ódio que paira sobre as vidas dessas pessoas. Esse exemplo é importante para que possamos nos atentar sobre os riscos que essas práticas de violência causam na saúde mental das pessoas, que podem desenvolver dores, traumas e transtornos como depressão e ansiedade a partir das diversas violências a que são expostas.

**Crimes de ódio representam perigo não somente à vida digna, mas também à vida de uma maneira total.**

[Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Saúde em 2018](#), o perfil preponderante das pessoas que cometem suicídio é do sexo masculino que sofra racismo, LGBTQIAP+fobia, rejeição e discriminação. Esse dado é imprescindível para se pensar em ações que visem o combate aos crimes de ódio e desinformação que assolam a população negra LGBTQIAP+.

Ao compreendermos os dados aqui explicitados, é de emergente necessidade que partidos políticos se esforcem de maneira assertiva para não somente incluir pautas “dissidentes”, como mulheres, negros, LGBTQIAP+ em seus programas de governo, mas que, acima disso, priorize que essas pessoas sejam protagonistas desses eventos, estando entre candidaturas que recebem apoio e investimento, pois como já colocado aqui, essas pessoas não apenas desenvolvem trabalhos em torno de raça e sexualidade, mas também em torno de outras demandas como trabalho, renda, educação e direitos humanos.



# RECOMENDAÇÕES



Esta seção tem como objetivo sugerir práticas para combate aos discurso de ódio, desinformação e outras problemáticas oriundas de violências raciais e LGBTQIAP+fobia propagadas pelas mídias, sejam essas tradicionais ou alternativas, assim como o governo, Estado e sociedade em geral. As medidas se propõem à conscientização da sociedade, a fim de que não mais produza agressões, e ao fortalecimento das pessoas negras LGBTQIAP+ para que tenham respeitadas suas dignidades. As recomendações a seguir não apresentam grau de importância. São todas imprescindíveis e de igual necessidade e estão conectadas aos achados deste IEA.

As recomendações foram separadas por eixos temáticos: **Informação, Acesso e Política eleitoral**. Essas são enumeradas e seguem a primeira **recomendação geral**, que é o primeiro ponto a ser abordado nesta seção.

Ao todo, a pesquisa contemplou pessoas de diferentes locais da cidade do Rio de Janeiro, com faixas etárias diversas e vivências plurais, como é na prática o contingente populacional negro LGBTQIAP+, que não apresenta unicidade em suas demandas.

De acordo com que a equipe de pesquisadores/as colheu, o ecossistema de informação para essa população não é saudável, frente à larga escala de violências encontradas nesse meio que traz em seu bojo um perceptível grau de vulnerabilidade e desumanização de pessoas negras LGBTQIAP+.

Sendo assim, a primeira recomendação geral é que a sociedade, mídias e governo enxerguem essas pessoas como plurais, percepção ainda incomum no cenário atual.

Essa percepção continuará sendo difícil ou complexa enquanto essas pessoas não estiverem fazendo parte do grupo que pensa, reflete e toma as decisões em vários setores, como dos três poderes.

Pessoas negras que fazem parte da sigla são tratadas como unidade, sendo que há pluralidade entre essas vivências e isso deve ser considerado em diferentes escalas, como a de elaboração de políticas públicas que deve se concentrar em atender as especificidades dessa população, não visando apenas uma visão macro.

## NO QUE SE REFERE À INFORMAÇÃO

- 1 É preciso que governo e mídias sigam atentos e que reformulam sua produção, bem como a forma como querem repassar conhecimentos, quais conhecimentos e também seus quadros de funcionários, para que suas informações sejam mais representativas para a população brasileira, estando a par das necessidades e objetivos buscados por pessoas negras LGBTQIAP+, como fazem as ONGs que, segundo essa pesquisa, são a fonte de informação que o público pesquisado mais confia, e isso diz respeito a fontes de informação.
- 2 Considerar as violências e desigualdades é necessário, todavia, não esquecer que essas pessoas são humanas, com existências que vão além de sua raça e sexualidade, pois, como apontamos, as informações mais buscadas são sobre cultura, entretenimento e educação, com 20%, 17% e 15% respectivamente.
- 3 Oferecer informações sobre esses tópicos e ter como parâmetro o cotidiano dessa população se faz necessário para entregar as informações que o grupo precisa.
- 4 A amplitude do que falamos se faz impossível aqui esmiuçar em todos os tópicos, mas sugerimos que quando o assunto for cultura, não expor

somente o que é produzido e ofertado pelas culturas hegemônicas, mas sobretudo ao que é “dissidente”, como os movimentos produzidos por essas pessoas negras LGBTQIAP+: suas religiões como o candomblé, o movimento *Ballroom*, festas e eventos como a Feira das Yabás, parada LGBT, bailes e tantos outros, mas falar sobre tendo o olhar de dentro dessas culturas, deixando de lado o tom de estrangeiros.

Como observado nos grupos focais, a ausência do grupo pesquisado em posições de autoridade e protagonismo é uma marca visivelmente presente em produções da mídia e também política eleitoral.

- 5 Compreender as especificidades dessa população pode ser uma árdua tarefa quando a equipe é formada por pessoas com vivências distintas, como pessoas brancas, que mesmo que não tenham intenções de exercer ações desumanizadoras, corroboram com o status de supremacia racial e sexualidade.
- 6 Ter grupos de pensadores e profissionais de diversas áreas em emissoras de televisão, canais de YouTube, partidos políticos e coletivos políticos é imprescindível para que pessoas negras LGBTQIAP+ sejam realmente contempladas.
- 7 As empresas, grupos de comunicação e informação (privados ou não) devem aumentar a contratação de mais pessoas negras, inclusive de negros LGBTQIAP+.

8

Além disso, garantir através de treinamentos e programas de capacitação que essas pessoas alcancem cargos de liderança e protagonismo. Essa ação deve ser implementada não somente como uma reparação histórica, mas também como mecanismo de aumentar a diversidade e inovação dentro dos espaços, tendo em vista que uma equipe realmente plural consegue desenvolver processos mais inovadores. As análises socioeconômicas revelaram uma grande vulnerabilidade econômica dessas pessoas, o que impõe barreiras de acesso à informação e, mais importante, aumenta a vulnerabilidade dessa população.

9

Recomendamos que a mídia no Brasil precisa ser democrática e plural, no sentido de não permitir que oligopólios se concentrem nas mãos de famílias de descendência colonial, que desde os primórdios da mídia são os donos da palavra e, através delas, moldam a opinião pública e decidem a política partidária, os padrões de beleza, o padrão de consumo de alimentos, e o padrão de gênero e sexualidade que deve ser seguido.

10

É necessário políticas públicas de investimento em mídias comunitárias, coletivos, canais especializados etc. Até o presente momento, mídias negras ou LGBTQIAP+ são privadas ou contam com recurso de fundos internacionais temporários, não garantindo sustentabilidade e ampliação de seus impactos na mídia. A presença de canais especializados e compostos por esse público pode ajudar a compor um ecossistema mais saudável e diverso para toda a sociedade.

## EM RELAÇÃO AOS ACESSOS, saúde, educação, habitação e empregabilidade são pontos vitais para a população.

1

É necessário que os governos federais, estaduais e municipais se mobilizem para enfrentamento às lacunas em aberto que há para negros LGBTQIAP+ e seus acessos a direitos previstos na [Constituição](#) e que no Art. 4 coloca pontos como prevalência dos direitos humanos; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; repúdio ao racismo; autodeterminação dos povos; que ainda precisam ser vistos com mais seriedade.

2

A partir dos interlocutores da pesquisa, também compreendemos a necessidade de maior inserção de pessoas negras LGBTQIAP+ no mercado de trabalho de forma qualificada. Recomendamos que funcionários da rede pública e privada sejam conscientizados sobre as diversas possibilidades de sexualidade e identidades de gênero, para que pessoas que se encaixam no público da pesquisa não sejam discriminadas em espaços de trabalho, como em entrevistas de emprego, concursos públicos e demais atividades.

3

Assim, políticas de conduta e/ou compliance sempre devem levar em consideração que pessoas negras LGBTQIAP+ são constantemente violentadas e, por isso, são necessárias estruturas acolhedoras para mitigação e reparação de tais violências.

4

A saúde e a educação foram pontos que apareceram nos grupos focais. As escolas e universidades precisam estar preparadas para abrir as portas para negros LGBTQIAP+, que muita vezes não se enxergam nos conteúdos abordados em sala de aula que, insistentemente, perpetuaram somente os conhecimentos eurocentrados e tudo que essa norma rege, como a heteronormatividade, o racismo, a transfobia e outras violências que atingem a população pesquisada. Rever os conteúdos e a forma de dar aula é fundamental para uma sociedade diversa e humanizada.

5

Em relação à agenda e às demandas, sugerimos que políticas públicas sucateadas ou desmontadas em gestões recentes sejam recuperadas. Devem voltar a funcionar, por exemplo, o Conselho Nacional LGBT, o departamento de HIV/AIDS, as conferências de direitos humanos LGBT, entre outros projetos. Essas políticas eram pensadas a partir da centralidade das pessoas LGBTQIAP+ e, por isso, tinham conhecimento mais profundo e aplicado dessas pessoas, o que resultava em ações e medidas mais direcionadas e adaptadas à realidade do público.

6

O último ponto mencionado interage com o tópico da informação. Livros didáticos que tenham personagens e histórias onde negros pertencentes à sigla estejam como protagonistas é saudável. O uso da internet nas escolas e universidades se faz urgente considerando as desigualdades que assolam a população negra.

7

O fomento da internet para além das redes sociais é necessário, pois estas possuem algoritmos de distribuição que historicamente têm se mostrado racistas em sua capilarização na rede.

8

Em consonância, *BigTechs* líderes dessas redes sociais podem produzir programas de incentivo e distribuição de influenciadores negros LGBTQIAP+ para redução da discriminação e preconceito dessas pessoas, pois um dos achados de maior prevalência foi o uso da internet como principal meio de comunicação e as redes sociais como canais de acesso, principalmente os aplicativos das empresas Meta e Google.

No que tange o último eixo desta seção,

## O CENÁRIO POLÍTICO ELEITORAL,

reiteramos a preocupação com os discursos de ódio, que embora possam ser produzidos por pessoas que fazem parte do grupo pesquisado, nota-se que sua reprodução é exercida de forma majoritária por representantes eleitos, como é o caso do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (2019 - 2022).

1

É crucial a responsabilização do político sobre seus atos não somente pelo seu lugar enquanto pessoa, mas também enquanto representante de um país, visto como modelo e padrão de conduta a ser seguido, o que interfere em como o governo e a população em geral tratam pessoas negras LGBTQIAP+.

2

Ações investigativas e penais do Supremo Tribunal Eleitoral devem ser ampliadas, fortalecidas e, por fim, melhor comunicadas pra sociedade em geral. O [caso de investigação](#) das *fakenews* gerou grande repercussão e desdobramentos, com conteúdos mentirosos retirados do ar e

3

aplicação de multa nos produtores dos conteúdos. Entretanto, existe uma parcela da população que não compreende o porquê e como esses processos foram retirados e, ainda, emissoras de rádio e programas de televisão promoveram uma campanha de desinformação contra as ações do TSE, como o [famoso caso da Jovem Pan](#), em que a remoção de conteúdos de desinformação foi pautada como censura pelo veículo.

Sobre a diversidade de candidaturas, recomenda-se que os partidos políticos e seus dirigentes estejam atentos à diversidade do povo brasileiro, considerando os aspectos históricos, sociais e culturais que perpassam o Brasil desde antes da colonização europeia. Ao fazerem isso, é possível que se tenham mais candidaturas eleitas de pessoas negras LGBTQIAP+ para representar caminhos de mais vida e menos sobrevivência e medo. Sobre isso, se faz necessário que o fomento, tempo de TV e recursos de campanha dessas candidaturas sejam o mesmo que o direcionado a candidaturas brancas cisgêneras heterossexuais. Ou seja, não adianta apenas incluírem candidaturas no pleito e essas não receberem recursos que as possibilitem competir de igual para igual com as demais. Esse cenário de desequilíbrio foi relatado por diversas pessoas entrevistadas político-partidárias, o que revela um modo de operação dos partidos, mesmo os de esquerda.

4

Sugerimos que os partidos não coloquem pessoas negras LGBTQIAP+ apenas para falar e defender pautas negras e pertencentes à sigla, mas que esses dispositivos deem espaço para esse público trabalhar nas mais diferentes esferas, como protagonistas e especialistas em outros temas. Se a população negra é maioria do contingente nacional, essa proporcionalidade precisa ser vista pela população.

5

Dessa maneira, sugere-se que os corpos negros LGBTQIAP+ estejam presentes para pautar o orçamento e a formulação de políticas públicas.

6

Podemos também ter nossas vozes ecoando nos conteúdos esportivos, no jornalismo, na pauta do meio ambiente, e nos milhares de temas que influenciam nossas vidas e com os quais nos conectamos. Afinal, sermos negros e negras LGBTQIAP+ não nos define por si só, cumprimos muitos papéis sociais e, portanto, merecemos visibilidade por nossas pluralidades.

7

O diálogo com a sociedade civil é de suma importância e faz parte de um governo democrático conhecer as demandas específicas para reduzir as distâncias entre a sociedade civil e o Estado. Por isso, a presença institucional garantida da sociedade civil deve ser componente importante no planejamento de ações para o Ecossistema da Informação. É necessário ouvir as pessoas, movimentos sociais experientes, tanto para colher informações mais precisas, como para auxiliar na distribuição de informações.

8

A Gestão Participativa na prática deve ser uma forma de diálogo ético e institucional pela qual as partes possam conversar e encontrar formas de fazer sair do papel projetos e políticas públicas para a comunidade negra LGBTQIAP+. E, ademais, esse segmento da população também precisa estar nas esferas de gestão e acompanhamento desses projetos e políticas, para garantir um processo otimizado e diverso.

# SOBRE O data\_ labe



O [Data\\_Labe](#) é uma organização social com sede no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, que atua desde 2016 em ações de comunicação, pesquisa e incidência política, com foco na Geração Cidadã de Dados. O laboratório parte do entendimento de que não existe neutralidade nos processos que envolvem a geração, a análise, o cruzamento e a publicação de dados, por isso há a necessidade de disputar a diversidade dos atores envolvidos nesses processos. A equipe é formada por profissionais de estatística, jornalismo, gestão, design e pesquisa, com origem em territórios populares e periferias, em sua maioria pessoas jovens, negras e LGBTQIAP+. Nos últimos seis anos, o Data\_Labe vem desenvolvendo reportagens, pesquisas, mapeamentos, consultorias, relatórios analíticos, oficinas, campanhas e eventos que levam em conta as potências e complexidades dos territórios populares e de seus moradores.



# REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Bruna G. Benevides (Org). Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <[dossieantra2022-web.pdf \(wordpress.com\)](#)>.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Artigo 220. Artigo 220. 1988.

BRASIL. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. 12965. Lei Nº 12.965/2014. 2014.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Código Brasileiro de Telecomunicações completa 60 anos**. Disponível em: <[https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/agosto/codigo-brasileiro-de-telecomunicacoes-completa-60-anos](#)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Lei de Acesso à Informação: o que você precisa saber**. UFMG, 2013. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/transparencia/arquivos/sobre/cartilha-lai](#)>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CASTRO, J. P. M. E. Da favela à comunidade: Formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 15, n. 8, p. 171–198, 2004.

DADOS SOBRE SAÚDE E CIDADANIA TRANS NO RIO DE JANEIRO. **Trans Uerj Pesquisa Saúde e Cidadania Trans**. UERJ, INSERM. 2020. Disponível em: <[Pesquisa TransUERJ.pdf - Google Drive](#)>.

DEURSEN, F. V. **Como se consegue a concessão para operar um canal de TV no Brasil?** Disponível em: <[https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-se-consegue-a-concessao-para-operar-um-canal-de-tv-no-brasil](#)>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FREEDOM HOUSE. Freedom on the NET 2022. Disponível em : <[https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-net/2022](#)>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2023.

FUNDO BRASIL. **A LGTBfobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização**. Disponível em: <[https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao](#)>. Acesso em: 6 dez. 2022.

INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS. PORTO, I. **Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTQIAP+ negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <[FINAL\\_dossie-lgbti-brasil-ebook.pdf \(raceandequality.org\)](#)>.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por Áreas de Planejamento (AP), Regiões de Planejamento (RP), Regiões Administrativas (RA), Bairros e Favelas do Município do Rio de Janeiro - 2010. Disponível em: <[https://www.data.rio/documents/fa85ddc76a524380ad7fc60e3006ee97](#)>. Acesso em: 23 nov. 2022.





INTERNEWS. **Information Ecosystem Methodology**. Internews, 2020.

INTERVOZES. **Levantamento do Intervezes revela quem são os políticos donos da mídia nas Eleições 2022**. Intervezes, 2022. Disponível em: <<https://intervezes.org.br/levantamento-do-intervezes-revela-quem-sao-os-politicos-donos-da-midia-nas-eleicoes-2022/>>.

Acesso em: 24 nov. 2022.

INTERVOZES. **Marco Civil da Internet: Violações ao direito de acesso universal previsto na lei**. São Paulo.

INTERVOZES; REPORTERS WITHOUT BORDERS; MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Marco Regulatório do sistema de mídia brasileiro**, 2017. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1beZuaLUXzyH\\_z8a6Wk6iq9X\\_c4AWFXY4/view?usp=share\\_link&usp=embed\\_facebook](https://drive.google.com/file/d/1beZuaLUXzyH_z8a6Wk6iq9X_c4AWFXY4/view?usp=share_link&usp=embed_facebook)>.

Acesso em: 24 nov. 2022.

INTERVOZES. **Mídia alternativa: ações online e off-line para furar as bolhas**. CartaCapital, 15 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/midia-alternativa-acoes-online-e-off-line-para-furar-as-bolhas/>>.

Acesso em: 24 nov. 2022

JESUS, J. G. DE. **Homofobia: Identificar e Prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Estudo da Kantar IBOPE Media indica que consumo de rádio aumentou e alcança 80% dos brasileiros**. Kantar IBOPE Media, 20 set. 2021. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/estudo-da-kantar-ibope-media-indica-que-consumo-de-radio-aumentou-e-alcanca-80-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 24 nov. 2022

LOPES, J. P. **Um panorama da imprensa negra do Brasil pós-abolição até os dias de hoje**. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/02/18/interna\\_pensar,1345862/um-panorama-da-imprensa-negra-do-brasil-pos-abolicao-ate-os-dias-de-hoje.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/02/18/interna_pensar,1345862/um-panorama-da-imprensa-negra-do-brasil-pos-abolicao-ate-os-dias-de-hoje.shtml)>.

Acesso em: 24 nov. 2022.

MACEDO, E.; ROCHA, F.; MARTINS, A. C. Mídia e Democracia na América Latina. Notas preliminares. **TOMA UNO**, v. 5, n. 5, p. 89–106, 15 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.lcd.uerj.br/wp-content/uploads/2019/05/17206-47954-1-PB.pdf>>

Acesso em: 19 dez. 2022.

MACEDO, M. E.; ROCHA, F.; MARTINS, A. C. A formação de grupos de midiativismo no Rio de Janeiro. **Revista Alceu**, v. 18, n. 35, p. 94–113, 2017.

MAGALHÃES, A. A. DE. **Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ, 2013.

MARTINS, M. **Entenda por que a discussão sobre regulação da mídia sempre volta**. Artigo – Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/artigo-entenda-por-que-a-discussao-sobre-regulacao-da-midia-sempre-volta>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

NUNES, C. **Bolsonaristas são os maiores agressores contra candidatos e eleitores da oposição. Alma Preta Jornalismo**, 2022. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/politica/bolsonaristas-sao-os-maiores-agressores-contra-candidatos-e-eleitores-da-oposicao>>.

Acesso em: 24 nov. 2022.

OLIVEIRA, L.; DIAS, M. **Jornalismo colorido: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Anais... In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3444-1.pdf>>.

RADIOS.COM.BR. **Rio de Janeiro - Estatística Rádios FM mais ouvidas em Janeiro/2020**. Disponível em: <<https://www.radios.com.br/estatistica/fm/2020/1?pais=33&uf=19>>.

Acesso em: 24 nov. 2022.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022.

**Estudos Avançados**, v. 36, p. 147–163, 28 out. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/7ydPPygGTwLsR5xSN3RZ5HP/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 20 dez. 2022.

REVISTA RAÇA. **Sobre a Revista Raça**. Revista Raça Brasil, 16 jan. 2019. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/sobre/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ROCHA, F. Gestão dos corpos nas favelas e periferias no Rio de Janeiro: Das remoções à Covid-19. **Margens**, v. 15, n. 24, p. 47–60, 8 set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10087>>.

Acesso em: 19 dez. 2022.

ROCHA, F. A perspectiva racial do racismo ambiental: uma análise do conceito no Brasil e a população sacrificada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. Ed. Especi, p. 121–140, 30 jun. 2022. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1335>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SARMENTO, D. **Livres e Iguais: Estudos de direitos constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SPOTIFY STUDIOS. **Mano a Mano | Podcast on Spotify: Mano a Mano**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/0GnKiYeK11476CfoQEYIEd>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Jun. 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20concluiu%20nesta%20quinta,tipifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20do%20Racismo>>.

TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violência Política e eleitoral no Brasil**. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/index?download=1>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

THE GUARDIAN. WhatsApp fake news during Brazil election ‘favoured Bolsonaro’. Disponível em : <<https://www.theguardian.com/world/2019/oct/30/whatsapp-fake-news-brazil-election-favoured-jair-bolsonaro-analysis-suggests>>. Acesso em 07 de Fevereiro de 2023.

TOLEDO, L. F. **Após uma década da Lei de Acesso à Informação, os órgãos federais diversificam a forma de barrar pedidos – Fiquem Sabendo**. Disponível em: <<https://fiquemsabendo.com.br/transparencia/orgaos-barrar-pedidos/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

TOLEDO, L. F. **Entenda o que são os “100 anos de sigilo” previstos na Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<https://fiquemsabendo.com.br/transparencia/entenda-o-que-sao-os-100-anos-de-sigilo-previstos-na-lei-de-acesso-a-informacao/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

TURE, Kwame. **Stokely Fala: do poder preto ao pan-africanismo**. São Paulo: Diáspora Africana, 2017.

YAHYA, H. **Jornais em 2021: circulação impressa cai 12,8%; digital sobe 5,8%**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Avaliação do  
Ecossistema  
da Informação  
(IEA) da  
população



# LGBTQIAP+ NEGRA

da cidade do Rio de Janeiro